



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 156

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Dr. Batista</i>
<i>Bloco PSB/PR/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 156

143ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 12

Dep. Elio Rusch 13

Dep. Geraldo Cartário 14

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Dep. Péricles de Mello 17

Dep. Plauto Miró 18

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 18

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 23

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 24

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 25

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 26

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão/Votação

Redação Final 31

2ª Discussão 32

1ª Discussão 32

Requerimentos 35

Encerramento da Sessão 35

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 35

Direitos Humanos e Cidadania .. 36

Obras Públ., Transp. e Com. 36

Esp. de Reforma da Constituição 37

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual 37

DIÁRIO Nº 156

143ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 143ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE DEZEMBRO DE 2007**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão

Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52).

Ausente o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Tadeu Veneri (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 450/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que a Mensagem nº 051/07, de 24 de outubro próximo passado e o anteprojeto de lei por ela encaminhado sejam restituídos ao Poder Executivo, para reexame da matéria. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 447, 448 e 449/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 583,465, 570, 571, 052, 188, 332, 544, 562, 563, 569, 588, 589, 592 e 601/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 373/07

SÚMULA:

Sugere a doação de uma Van Escolar para a APAE do município de Ponta Grossa.

Ao Sr. Governador do Estado do Paraná, ao Sr. Secretário de Estado da Educação.

1- O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja doada uma Van Escolar para a APAE do município de Ponta Grossa.

2- Justifica-se tal indicação legislativa, pelo fato que com a doação deste veículo de transporte escolar para a APAE de Ponta Grossa, a referida entidade terá melhores condições de atender aos seus alunos portadores de necessidades especiais.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 374/07

SÚMULA:

Propõe liberação de recursos para ampliação e reforma geral do prédio escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Baggio no município de Ribeirão Claro.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1- A liberação de recursos para ampliação e reforma geral do prédio escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Baggio no município de Ribeirão Claro, conforme Ofício nº 082/07, datado de 17 de maio de 2007.

2- A solicitação justifica-se que é de muita importância, pois irá beneficiar um elevado contingente de alunos e a comunidade.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 375/07

SÚMULA:

Solicita cursos profissionalizantes no município de Loanda.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, para solicitar a instalação de cursos profissionalizantes na cidade de Loanda.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O município de Loanda acaba de receber como comodatário, o prédio onde funcionava o armazém do Instituto Brasileiro do Café.

Trata-se de um conjunto de edificações que totalizam 16 mil metros quadrados de área coberta e que serão ofertados para diversas indústrias, notadamente nas áreas de movelaria, confecção, alimentação, suprimentos de informática, etc.

Conseqüentemente, haverá oferta de emprego para centenas de pessoas não somente moradores da cidade de Loanda, como também das suas vizinhas tais quais Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Porto Rico, São Pedro do Paraná, principalmente.

No entanto, por se tratar de região onde predomina a agricultura, observa-se a carência de mão-de-obra especializada, motivo pelo qual formulamos a presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 376/07

SÚMULA:

Sugere a contratação de servidores para ocuparem as vagas existentes no Hospital Universitário Regional de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I- Sugere a contratação de servidores para ocuparem as vagas existentes no Hospital Universitário Regional de Maringá - HUM.

II- A apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação do Superintendente do Hospital Universitário Regional de Maringá - HUM.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com destino a Nova Iorque - Estados Unidos da América, no período de 05 a 09 de dezembro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo nos dias 04 de dezembro de 2007 a 05 de dezembro de 2007, no evento Audiência Ministro Nelson Jobim a ser realizado em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da última Sessão Plenária da 16ª Legislatura.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3584

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, seja instituída CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete membros, para no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar possíveis irregularidades no Serviço Notarial e Registral do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(aa) JOCELITO CANTO

PASTOR EDSON PRACZYK

Apoioamento:

Chico Noroeste, Pedro Ivo, Luiz Eduardo Cheida, Péricles de Mello, Miltinho Pupio, Rosane Ferreira, Marcelo Rangel, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Professor Luizão, Elton Welter, Dr. Batista, Stephanes Júnior, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati e Mamede.

REQUERIMENTO Nº 3581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Dra. Denise Manfroni Thomasi, ocorrido no dia 03 de dezembro, nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 42 anos de idade, faleceu dia 03 de dezembro de 2007, nesta capital, Dra. Denise Manfroni Thomasi, psicóloga, filha de Antônio Roque Thomasi (*in memorian*) e Regeane Maria Manfroni Thomasi (*in memorian*).

O passamento de Denise Manfroni Thomasi, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e colegas de trabalho, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Todo Poderoso para que os familiares da Sra. Denise Manfroni Thomasi encontrem na fé e na esperança o conforto nesta hora tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Manfroni Thomasi endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3551

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Centro Paranaense Feminino de Cultura, em razão do 74º Aniversário e parabenizando pela posse da nova Diretoria, para o biênio 2007/2008, que ficou assim constituída e desejando sucesso ao trabalho:

Presidente: Choris Casagrande Justen; **Vice-Presidente:** Ceres de Ferrante, Nilcéia Antunes Romanowski, Olga Anna Walczewski Gioppo, Olga de Macedo Gutierrez; **Secretárias:** Clarice Dalledone, Teresa Teixeira Britto; **Tesoureiras:** Noeli Bastos Maia, Maria Alice Saldanha Gomes; **Biblioteca:** Doris Anna Sanches, Dulce Lezan Japiassú, Maria Rosa Cartaxo Moura; **Coordenação de Programas:** Adélia Woellner, Dalila Wachelke Azambuja Gomes Carneiro, Doroty Azambuja Gomes Carneiro, Dorys Heddy Herdérico, Ivete Torres Ribeiro (*in memorian*), Roza de Oliveira, Susy Quiroz, Terezinha Procopiak; **Conselho Fiscal:** Branca Sabbag, Cecília Mueller, Glacy Tramujas Mueller, Lygia Lopes dos Santos, Leon Diotaleve, Leonor Lezan, Mariza Sampaio.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Pato Branco pela passagem do seu 55º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Roberto Salvador Viganó, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Astério Rigon bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população do município de Pato Branco, orgulhosamente irá comemorar, no próximo dia 14 de dezembro a passagem do seu 55º aniversário de emancipação política.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Pato Branco, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores continuam dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

As conquistas alcançadas pelo município de Pato Branco, em parceria com o Governo Estadual dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se conseguirá o engrandecimento do município e o bem-estar da população.

Com todo o respeito que o povo é merecedor, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza todos, augurando sucesso e prosperidade nesta significativa data da comemoração dos 55 anos de emancipação política, e sempre.

REQUERIMENTO Nº 3555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Nova Esperança pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, do seu 56º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Exma. Sra. Maria Ângela Silveira Benatti, Prefeita Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Demerval Cardia, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição pretendemos homenagear a população de Nova Esperança pela passagem de seus 56 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro de 2007.

A fundação e colonização do núcleo que originou o município de Nova Esperança deu-se em 1948, através da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Em 1946 a Companhia de Terras chegou à Capelinha, primeira denominação da localidade, dando início a medição e demarcação de uma futura cidade. O primeiro comprador de um lote urbano chamava-se Artur, e logo chegou José Xavier de Barros e sua esposa dona Benedita. A partir daí o povoado cresceu assombrosamente, com centenas de famílias chegando e se estabelecendo, tanto na zona urbana quanto na rural.

Pleiteou-se a criação de um Distrito Administrativo e liderando o movimento estavam o Dr. Álvaro D'Andrea Pinto, Dr. Arthur Pinto Júnior, José Felipe Elias, Dario Rodrigues e outros.

Sem passar pelo estágio de distrito Capelinha foi elevada à categoria de município com denominação alterada para Nova Esperança, sugerida pelo Deputado Francisco Silveira da Rocha, através da Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951. A instalação ocorreu em 14 de dezembro de 1952, com a posse do primeiro prefeito eleito, Dr. José Teixeira da Silveira.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Nova Esperança na festiva data da comemoração de seus 56 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paranavaí pela comemoração, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, do seu 55º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Maurício Yamakawa, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Rubens Felipe bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população paranavaense, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade, que jubilosamente comemora seu 55º aniversário de emancipação política.

É muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de colaboração para o completo desenvolvimento do município.

O progresso de uma coletividade municipal depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros com Prefeitos e Vereadores na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito, e a qualidade de vida de seus representantes. Numa sociedade democrática, há de existir necessariamente, participação e representatividade.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas repousa justamente no consentimento popular.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com as autoridades constituídas do município e com o povo em geral, na significativa data da comemoração de seus 55 anos de emancipação política de Paranavaí.

REQUERIMENTO Nº 3557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Quinta do Sol, pela comemoração, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, do seu 43º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que dada a decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Florival Peres de Marcos, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Carlos Alberto de Melo, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Neste ano em que se comemora o 43º aniversário da emancipação política e administrativa de Quinta do Sol, transmitimos ao seu laborioso povo as melhores felicitações pelo transcurso da significativa data.

As conquistas alcançadas pelo município em parceria com o Governo Estadual dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que serão atingidos todos os objetivos propostos.

Os Poderes Executivo e Legislativo trabalham unidos pelo progresso e desenvolvimento do município que é privilegiado com a administração segura do Sr. Prefeito Florival Peres de Marcos e de sua eficiente equipe que vem trabalhando diuturnamente para o progresso do município e o bem-estar do seu povo.

Conhecer de perto no dia a dia os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em parabenizar a população honesta e trabalhadora de Quinta do Sol na significativa data da comemoração de seus 43 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Coronel Vivida, pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, do seu 52º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Pedro Mezzomo, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Valter Munareto bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a população de Coronel Vivida irá comemorar, no próximo dia 14 de dezembro, a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

A primeira denominação da localidade foi Barro Preto, visto que a cidade formou-se às margens do rio, que, segundo os pioneiros João e Pedro Polese tinha um lodo preto como carvão, daí o nome.

Em 1920, o território do atual município de Coronel Vivida era caminho de tropas, por onde passavam safras de porcos e gado. A família Polese chegou à região em 1918. Com o tempo o povoado firmou-se e ganhou o nome de Coronel Vivida, uma homenagem ao Coronel Fermino Teixeira Batista, ilustre político paranaense.

Com território desmembrado do município de Mangueirinha, foi criado o município de Coronel Vivida, em 26 de novembro de 1954, através da lei Estadual nº 253. A instalação oficial ocorreu no dia 14 de dezembro de 1955. O primeiro Prefeito Municipal foi o Sr. Paulino Stedille.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Coronel Vivida na importante data da comemoração de seus 52 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Bituruna pelo transcurso do seu 52º aniversário de emancipação política, no próximo dia 14 de dezembro de 2007.

Requer, outrossim, que dada a decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Lauro Agustini, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Constantino de Lara Ribas bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Bituruna irá comemorar festivamente, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, o transcurso do seu 52º aniversário de emancipação política.

Pois, é muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o constante progresso do município.

O desenvolvimento de uma coletividade municipal depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros com Prefeitos e Vereadores na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Numa sociedade democrática, há de existir necessariamente, participação e representatividade.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas, repousa justamente no consentimento popular.

Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereadores, recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

Com todo o respeito que a população de Bituruna é merecedora, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos efusivos cumprimentos pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 3560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin, pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, do seu 55º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que dada a decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Irineu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Jamil Pech bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população de Paulo Frontin irá comemorar festivamente no próximo dia 14 de dezembro, a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a importância que o município detém, referendada em nossa lei maior.

O contato que o Prefeito, o Vice-Prefeito, assim como os Vereadores exercitam junto ao povo, os fazem destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo os horizontes de qualquer ser humano.

É verdade que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores muito têm feito em prol do desenvolvimento do município de Paulo Frontin.

Com toda o respeito que a população de Paulo Frontin é merecedora, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos efusivos cumprimentos pela passagem de seus 55 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Peabiru, pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, do seu 56º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. João Carlos Klein, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Claudio Iamagami, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Peabiru.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 14 de dezembro, marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política do município de Peabiru, e, temos certeza, será comemorado festivamente por toda a população.

A importância do município é indiscutível.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das Câmaras Municipais, tornando o regimento interno mais claro e mais transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo e facilitando a atuação dos Srs. Vereadores para o progresso do município.

Com esta proposição queremos prestar nossa homenagem à população de Peabiru, que vê transcorrer, dia 14 de dezembro, seu 56º aniversário.

Ao contentamento de todos une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, como representante do povo, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 3566

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra assinado, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Banco HSBC, em razão das apresentações natalinas denominadas Natal HSBC no Palácio Avenida, no centro de Curitiba.

O Natal HSBC é um dos principais espetáculos natalinos do Brasil. Ao todo, aproximadamente 400 pessoas participam da organização do Natal do HSBC. São músicos, aderecistas, contra-regras, produtores, cantores, eletricitas, bombeiros, médicos e voluntários do HSBC que trabalham intensamente para a viabilização do projeto. O espetáculo natalino tem a participação de 160 crianças. Elas foram selecionadas entre 850 crianças de sete instituições filantrópicas de Curitiba e região, assistidas pelo HSBC Educação, um dos programas sociais da instituição financeira.

Neste ano, o Natal no Palácio Encantado - Coral Infantil do HSBC, do Palácio Avenida (esquina da Av. Luiz Xavier com a Trav. Oliveira Bello), terá sua programação do dia 29 de novembro, às 20h. Até 21 de dezembro, de quinta a domingo, sempre às 20h30.

Portanto, em razão da tradicional programação natalina do Natal HSBC, requer-se aplausos e voto de congratulações à instituição, que coloca Curitiba, e o Paraná, no circuito de espetáculos natalinos.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3570

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Jussara, Exmo. Sr. Ailton Vieira de Mattos e ao Presidente da Câmara, Exmo. Sr. Simão Ferreira, enviando-lhes voto de congratulações, em razão da comemoração do 52º aniversário do município.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3571

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Superintendente do Erasto Gaertner, Exmo. Sr. Luiz Antonio Negrão Dias, enviando-lhes voto de congratulações, em razão do Relatório Anual 2006 - Combate o Câncer com Humanismo, Ciência e Afeto.

O trabalho dessa instituição merece o reconhecimento do Poder Legislativo, haja vista o seu alcance social.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3578

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que firma o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário desta Casa Legislativa Estadual, o registro de efusivas congratulações à antiga diretoria do Banco Bamerindus, na pessoa do Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, pela feliz idéia e iniciativa primeira de realizar o Auto de Natal no Palácio Avenida, nesta capital.

Caso aprovada a presente proposição, solicita-se seja dada ciência da mesma, via correspondência, a ser encaminhada ao homenageado, no seguinte endereço: R. Piauí, 241 (Folha de Londrina) - CEP 86010-420, Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

É relevante retroceder na esteira do tempo, pois o fulgor dos acontecimentos e dos eventos que nos alcançam sempre reflete a grandeza dos homens que os idealizaram e protagonizaram.

Se hoje curitibanos, paranaenses, brasileiros e até estrangeiros se emocionam e se encantam com as belas e culturalmente ricas apresentações no palácio Avenida, nas semanas que antecedem o Natal, cabe a nossa justa homenagem, o nosso mais forte aplauso à antiga diretoria do Banco Bamerindus, cujo dirigente maior daquela administração foi o eminente Senador José Eduardo de Andrade Vieira, pela feliz idéia e iniciativa primeira de se aproveitar o espaço privilegiado daquele Palácio nas festividades do Natal.

Ao acendrado tino do ex-senador, somou-se a personalidade e o talento refinado de sua irmã, Sra. Maria

Cristina de Andrade Vieira, e isso revela notar, Sr. Presidente e nobres Deputados, foi quem deu forma e corpo ao grande espetáculo que a cada dezembro extasia-se multidões.

Firmando-se, ao longo de mais de uma década, em valor humano e cultural, as apresentações natalinas do Palácio Avenida estão alçadas a um marco de excepcional relevo que se reflete de Curitiba para além das fronteiras nacionais. E são provas incontestáveis de o quanto foi acertada a decisão da antiga diretoria do Banco Bamerindus.

O Auto de Natal do Palácio Avenida é, indubitavelmente, uma das grandes glórias culturais legadas ao Paraná pela família Andrade Vieira, em cujo berço o senso paranista sempre falou e fala muito alto.

Se pedimos essa homenagem, para fazer justiça, também é um registro que se faz com saudade pelo que o Bamerindus representou ao Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Cruz Machado pela comemoração, no próximo dia 14 de dezembro de 2007, do seu 55º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Euclides Pasa, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Nelson Barczak, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população cruzmachadense, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso da cidade, que jubilosamente comemora seu 55º aniversário de emancipação política.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Cruz Machado é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores dão o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, parabeniza as autoridades constituídas de Cruz Machado bem como a população em geral, pela passagem da significativa data comemorativa aos seus 55 anos.

REQUERIMENTO Nº 3582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações e louvor à empresa Águas Ouro Fino pela campanha realizada em prol do Hospital Erasto Gaertner, com o objetivo de arrecadar recursos para a construção de um anexo do hospital.

Campanha esta que demonstrou a relação ética e transparente da empresa com os públicos com os quais ela se relaciona, neste caso o Hospital Erasto Gaertner, preservando, deste modo, as gerações futuras através da promoção social.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 3573

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Secretário de Estado da Agricultura, Valter Bianchini, solicitando apoio às famílias de agricultores que perderam toda a lavoura com a tempestade de granizo que atingiu o município de São João do Triunfo, na semana passada. Na oportunidade, agradeço o pronto atendimento da Defesa Civil às famílias que ficaram desabrigadas com a tempestade. Foram enviadas 370 cestas básicas, lonas e cobertores para toda a população.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A tempestade arrasou as plantações dos produtores rurais, principalmente o plantio do fumo, causando prejuízo de cerca de R\$ 18 milhões na agricultura do município. Diante desse prejuízo, a Prefeitura de São João do Triunfo pede 1.300 sacos de sementes de milho para doar às famílias de agricultores. Medida que se consolidar, nesta semana, possibilita a plantação para a próxima safra e permite que as famílias retomem a vida no campo.

São necessárias ainda doação de cestas básicas, para os próximos três meses, às famílias rurais que perderam tudo com a tempestade.

Conto com vosso apoio nessa solicitação de extrema importância para a população de São João do Triunfo.

REQUERIMENTO Nº 3574

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, solicitando apoio às famílias de agricultores que perderam toda a lavoura com a tempestade de granizo que atingiu o município de São João do Triunfo, na

semana passada. Na oportunidade, agradeço o pronto atendimento da Defesa Civil às famílias que ficaram desabrigadas com a tempestade. Foram enviadas 370 cestas básicas, lonas e cobertores para toda a população.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A tempestade arrasou as plantações dos produtores rurais, principalmente o plantio do fumo, causando prejuízo de cerca de R\$ 18 milhões na agricultura do município. Diante desse prejuízo, a Prefeitura de São João do Triunfo pede 1.300 sacos de sementes de milho para doar às famílias de agricultores. Medida que se consolidar, nesta semana, possibilita a plantação para a próxima safra e permite que as famílias retomem a vida no campo.

São necessárias ainda doação de cestas básicas, para os próximos três meses, às famílias rurais que perderam tudo com a tempestade.

Conto com vosso apoio nessa solicitação de extrema importância para a população de São João do Triunfo.

REQUERIMENTO Nº 3583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação e louvor à Empresa Lique por ser parceira da Campanha da Empresa de Águas Ouro Fino realizada em prol do Hospital Erasto Gaertner, com o objetivo de arrecadar recursos para a construção de um anexo do hospital.

A atuação da empresa demonstrou sua preocupação com as questões sociais que estão evidentes. Parabéns!

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 3552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência melhorias na pavimentação asfáltica no trecho que liga o município de Ivaí ao município de Imbituva.

Tal solicitação se faz necessária pois a referida estrada encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Ivaí e Imbituva e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Ivaí e Imbituva.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de destinar viaturas para a Polícia Militar dos municípios de Guairacá, Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Porto Rico e Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Nova Londrina é sede de comarca e jurisdição os municípios de Marilena, Itaúna do Sul e Diamante do Norte. É servida por rodovia que liga aos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esta localização fronteiriça favorece a prática de contrabando, além do trânsito de marginais.

Também a cidade de Santa Izabel do Ivaí é sede de comarca com jurisdição sobre os municípios de Santa Mônica e Planaltina do Paraná.

O mesmo ocorre com Loanda, por ser sede de comarca, tendo como municípios pertencentes São Pedro do Paraná, Querência do Norte, Porto Rico e Santa Cruz do Monte Castelo.

Já Porto Rico, por se tratar de cidade onde se verifica notável desenvolvimento na área do turismo, vê também o crescimento da prática de ilícitos sob várias formas.

As lideranças políticas de Guairacá fazem coro às reclamações da sua população quanto ao resguardo da sua segurança.

As viaturas pleiteadas em muito contribuiriam para diminuir os atentados à segurança física e patrimonial das comunidades relacionadas.

São estes os principais argumentos, que nos levam a encarecer junto à autoridade nominada neste documento, a destinação dos veículos para apoio às ações dos destacamentos militares nelas instalados.

REQUERIMENTO Nº 3565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião - Governador do Estado e ao Sr. Maurício Requião - Secretário de Estado da Educação, solicitando com a máxima urgência aumento no repasse de recursos financeiros para o transporte escolar dos municípios de Castro e Ponta Grossa, em especial ao distrito de Itaia-coca em que os alunos relatam as condições precárias do transporte escolar.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa e Castro e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Grossa e Castro.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, sugerindo que o Ministério Público proceda investigação sobre as condições do edifício do ex-Cine Império da cidade de Ponta Grossa.

Tal solicitação justifica-se pelas constantes reclamações das pessoas que freqüentam o entorno do ex-Cine Império, e principalmente pela segurança dos moradores e comerciantes da região. O prédio citado está em completo abandono, colocando em ricos iminente a segurança da população, a saúde pública, e também o meio ambiente.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 840/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a denominar Walter Alberto Pecoits o hospital regional do Sudoeste localizado na cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Com a denominação pretendida estaremos homenageando o Sr. Walter Alberto Pecoits, nascido em Santa Maria/RS, falecido em Francisco Beltrão, cidade que ajudou a construir.

Dr. Walter era graduado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1946, desde cedo demonstrou sua liderança exercida já no movimento estudantil. Foi Vereador em Erechim/RS, Prefeito de Francisco Beltrão e Deputado Estadual, cassado em abril de 1964, preso e torturado no Governo do Presidente João Goulart.

Participou como Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná em 1986. Exerceu com muita competência e dedicação as funções de Secretário da Reforma Agrária do Estado.

Retornando à Francisco Beltrão, foi Diretor da 8ª Regional de Saúde por 7 anos consecutivos, onde marcou presença que jamais será esquecida pela população do Sudoeste do Paraná.

Sua luta constante pelo movimento da Reforma Sanitária Brasileira, sua dedicação e espírito público na atenção daqueles mais desprotegidos, fizeram de sua existência uma história que permanecerá para sempre em nossa memória e essa homenagem que converge com o

pensamento do Governo Roberto Requião que já defendeu publicamente essa homenagem, e uma forma de agradecer o Dr. Walter pelo exemplo de vida e de luta pela saúde e pela democracia do nosso país.

PROJETO DE LEI Nº 841/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Helena.

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exa. o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Helena.

Esta associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover o estímulo ao desenvolvimento comunitário objetivando a defesa das atividades sociais e culturais de seus associados, que se dedicam à assistência do educando, ao aprimoramento do ensino e na integração família-escola-sociedade, entre outras finalidades de elevado caráter social, como bem disposto no estatuto social.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 842/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ONG Liberdade de Pensamento e Ação pela Cidadania - ONG LIPEAC, com sede e foro no município de Siqueira Campos, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A ONG Liberdade de Pensamento e Ação pela Cidadania - ONG LIPEAC é associação civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos:

a) Preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

b) Executar programas de qualificação profissional do trabalhador e a inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho;

c) Promoção da geração de trabalho e renda comunitária;

d) Fomentar ações que contribuam para manter viva a memória cultural popular;

e) Promover intercâmbio com entidades científicas;

f) Promover assistência social às minorias e excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza;

g) Promover gratuitamente a educação e saúde, incluindo prevenção do HIV e DST e consumo de drogas;

A ONG Liberdade de Pensamento e Ação pela Cidadania - ONG LIPEAC preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Serviço Notarial e de Registro de Siqueira Campos - Paraná, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 843/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado o viaduto localizado na PR 431, km 50,55 no município de Jacarezinho de Viaduto Jofre Elias.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.12.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo fazer justiça a um dos grandes nomes da cultura do estado do Paraná. Jofre Elias (1916-1987) foi ator, Diretor, participante de festivais de teatro e criador da Semana de Cultura de Jacarezinho. Um idealista que durante toda a sua vida lutou para a construção de um moderno teatro em Jacarezinho. Hoje o CAT - Conjunto Amadores de Teatro é uma realidade com intensa participação nos eventos culturais de Jacarezinho, do Paraná e do Brasil. Uma de suas salas levou o nome de seu idealizador Jofre Elias. Portanto, coloco à apreciação do plenário este meritório projeto, como uma forma de reverenciar a pessoa que Jofre Elias foi para Jacarezinho e para o estado do Paraná. Solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Acabei de receber aqui um documento, uma bomba, uma bomba-relógio e que passo a investigar a partir de hoje e que envolve uma figura que num passado muito próximo era o grande homem da justiça aqui no estado do Paraná. Está aqui, nas minhas mãos, cheque na conta de laranjas e um monte de coisas. Acabei de receber essa documentação que chegou via sedex no meu gabinete, vou começar a analisar agora, cheques na conta do laranjinha que num passado muito próximo andou aprontando aqui pelas bandas. Vou analisar com calma isto aqui.

Quero registrar aqui a sexta assinatura da nossa CPI dos Cartórios. O Deputado Péricles de Mello acaba de assinar. Deputado Marcelo Rangel, já completamos 6 assinaturas, portanto, restando 12 assinaturas para iniciarmos a maior investigação da história do Paraná, no que se refere aos cartórios, indicações, nomeações. No meu blog escrevo hoje que o filho de um Desembargador está nomeado num cartório. Isto é só o começo. Tem muita coisa vindo aí. É a CPI de maior expressão do Parlamento. Se Deus quiser, vamos conseguir!

Mas, Sr. Presidente, o senhor não brigue comigo hoje, pois estou de bom coração e nem tudo que V. Exa. ouvir é verdadeiro. Escrevi neste final de semana dizendo o seguinte - e esse documento que digo é que o Presidente Nelson Justus, quando Secretário dos Transportes do Paraná, tinha uma caixinha especial na Secretaria para pagar o mensalão, Sr. Presidente. Está no meu blog. V. Exa. pode ler, pode ler, está lá. Sei que V. Exa. vai ficar chateado comigo, vai brigar comigo e com toda razão, mas como o seu sobrenome é Justus - e justo vem de justiça - e pelo menos a sua família é de justiça e V. Exa. também, V. Exa. pode dizer: "Mas o Jocelito está louco, dizer que eu tinha um caixa 2 na Secretaria para pagar o mensalão." V. Exa. certamente ficará muito bravo comigo, mas não é verdade, Sr. Presidente, não é verdade o que estou falando?

Estou apenas fazendo uma comparação, Sr. Presidente, com o que disse o nosso Governador sobre o nosso Deputado Edson Praczyk. V. Exa. nunca teve caixa 2 na Secretaria dos Transportes, até porque é uma pessoa muito justa. Agora, o Governador disse que o nosso Deputado Edson Praczyk pediu um dinheiro para fazer o mensalão lá. Mentira do Governador! Mentira!

E fiz esta comparação, Sr. Presidente, para pedir a V. Exa. hoje que autorize o Poder Judiciário a processar o Governador, porque não é justo que um Governador do Paraná, por mais poder que ele tenha, que ele venha

agredir a figura de um Deputado e não prove o que disse. Foi feita uma comissão nesta Casa que nada provou e vi as notícias no final de semana, que a Assembléia não quer processar o Governador.

Acho que por respeito à família do Deputado Edson Praczyk peço a V. Exa. que autorize, sim, em nome de todos os Deputados a ser processado o Governador, na forma de lei, porque disse algo que não é verdadeiro. Como V. Exa. se eu fizer uma afirmação que não é verdadeira, machuca o coração de cada um, porque todos nós temos família e as nossas famílias, pelo menos devem ser respeitadas.

Então faço esse apelo hoje, Sr. Presidente, desculpa a brincadeira, mas foi para chamar atenção de V. Exa. porque é duro alguém ser chamado de algo que não deve e a nossa Casa - o nosso Parlamento - não autorizar porque o Governador é todo-poderoso, ninguém é todo-poderoso não! O Governador cometeu um erro contra o Deputado Edson Praczyk e eu solicito a V. Exa. e aos demais Deputados, a Mesa Executiva que autorize, na forma da lei, a iniciar o processo contra o Governador.

Sr. Presidente era somente isso, Deputado Edson que justiça seja feita, tenho certeza que o Deputado Nelson Justus haverá de, com a Mesa Executiva, autorizar, só liberar, porque quem fala mal de um membro dessa Casa e não tem a prova precisa pagar pelo que fez!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para esclarecer ao Deputado Jocelito Canto, claro que eu entendi que se tratava, ou de uma brincadeira ou já iria requerer um exame psicotécnico de V. Exa., já estava preparando aqui. Mas quem autoriza não é o Deputado Nelson Justus e nem a Mesa, são V. Exas., a Assembléia não é o Deputado Nelson Justus! Quem autoriza são os 54 Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tem que passar pelo Plenário?

(Assentimento)

Então peço a V. Exa. que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dois motivos nos trazem a usar o horário do Pequeno Expediente. Primeiro aquilo que já falávamos aqui na Assembléia Legislativa, no que diz respeito ao referendo da Venezuela, eles que administrem seu país, nós administramos o nosso. Lógico, cada vez que um governante e principalmente

quando é integrante da nossa América, ainda mais quando a Venezuela se prepara para querer entrar no bloco do MERCOSUL, nada mais justo e correto do que consultar a população, como foi consultada ontem e, felizmente, o povo da Venezuela disse: “Não ao Hugo Chávez!”

Eu disse dessa tribuna, há poucos dias, que o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva havia se pronunciado ao Presidente venezuelano, Hugo Chávez, quando disse que: “Podem falar tudo do Hugo Chávez, menos que ele não é democrático.” Ora, acho que foi uma frase muito infeliz do Presidente da República que defendeu a forma como o Presidente da Venezuela está conduzindo a administração do seu país. Não cabe a nós essa avaliação mas, sim, cabe aos seus compatriotas, lá no seu país.

Ontem, no referendo a população disse: “Não!” Embora sabemos que houve muita pressão do Presidente da República, mas felizmente acho que foi uma vitória da democracia já que o Presidente venezuelano não precisa mais do Congresso, ele administra através de decreto que é típico do ditatorial. Mas isso é coisa lá da Venezuela, vamos trazer as coisas para o Brasil, o que aconteceu no Brasil, o que está acontecendo? Parece que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva está sentindo agora a dificuldade em conseguir aprovar a prorrogação da CPMF no Senado da República.

Ora, as ameaças são constantes, os ministros e o próprio Presidente da República, indo pessoalmente no corpo a corpo querer convencer os senadores a votar a favor da prorrogação. Inclusive o Presidente da República culpa única e exclusivamente o nosso partido, Democratas. Uma declaração muito infeliz que ele fez: “Já que eles não têm perspectiva de Poder, eles têm que ser contra, quanto pior melhor”. Acho que ele foi muito infeliz, aliás ele deveria fazer uma retrospectiva da sua história: de onde ele surgiu, como ele surgiu e o que ele fez quando era Oposição ao Governo na época. Qualquer coisa era: Fora FHC, fora não sei o que, fora FMI, fora aquilo e fora tudo. E quando ele faz uma afirmação muito infeliz, quando ele disse e alguns jornais tem publicado esta notícia no final de semana que disse que: quem é contra a prorrogação da CPMF é a favor da sonegação. Ora, o Presidente da República não pode chegar nesse nível. Com todo respeito que tenho aos parlamentares, se o Presidente da República diz que quem é contra a prorrogação e a favor da sonegação. E daí pergunto: E quem carrega dólar na cueca é o que?

A maior corrupção instalada no Brasil até hoje foi nesse Governo. Caiu todo mundo, os Ministros da área econômica caíram, aquele que estava do seu lado caiu, a Executiva do partido do Presidente da República todos caíram. O partido do Presidente da República quando era Oposição era contra tudo, qualquer projeto, era contra a CPMF que era provisória e quer se tornar definitiva.

Quero dizer o que o nosso partido e o que a Senadora Kátia de Abreu disse no seu relatório e está muito claro: R\$ 40 bilhões que o Governo iria arrecadar com a CPMF no próximo ano será recompensado pelo superávit da receita, que o Governo Federal tem.

Deputado Valdir Rossoni, este ano o Brasil vai arrecadar 60 bilhões acima do que era a estimativa. Pode tirar toda a CPMF e ainda sobra R\$ 21 bilhões. Então não vem com essa desculpa de que o Brasil precisa da CPMF, quem precisa da CPMF é o Presidente da República para nomear os seus apadrinhados. E a mesma coisa poderíamos trazer para o estado do Paraná. A Assembléia Legislativa tem realizado os mais calorosos debates sobre o aumento de impostos e aumento de taxas. A Oposição junto com Deputados do Bloco independente e também Deputados de Apoio ao Governo mostraram que o Governador do Estado do Paraná não é de aumentar impostos. A sociedade brasileira não agüenta mais a carga tributária - já que 40% do PIB são impostos. E aqui no Paraná estávamos na contramão. Diria para a felicidade do povo do Paraná e para a felicidade dos Deputados da Base do Governo, para não terem um desgaste maior ainda, o Governador do Estado do Paraná retirou a mensagem de aumento dos impostos. Agora, o que não posso aceitar é quando o Governador do Estado disse no final da semana que: “os Democratas e o PSDB partiram em defesa aos milionários”. Ora, o que fizemos, Deputados, partir em defesa dos milionários.”

Ora, o que fizemos foi partir em defesa da sociedade do Paraná, para dizer não ao aumento dos impostos e dizer não ao aumento das cargas tributárias do nosso estado. Mas felizmente o Governador deve ter ouvido um dos seus assessores ou ele mesmo deve ter pensado: “Não! Nós vamos retirar essa proposta”. E daí eu diria o seguinte. O Governador para não ser derrotado, ele derrotou na verdade, os seus companheiros aqui da Casa que defendiam exatamente o projeto. Mas para a felicidade de todos nós, de todos os Deputados da Base do Governo não precisam ter esse desgaste, já que poucos ao menos têm se manifestado que votariam a favor das três mensagens.

Concluo dizendo o seguinte: Não dá para pôr todos os ovos na mesma cesta. Referimo-nos aos Deputados que dão apoio ao Governo do Estado. Nem tudo e nem sempre o Governo tem razão. Nem sempre as mensagens do Governo devem ser aprovadas da forma como são enviadas aqui na Assembléia.

Merece modificações, merece aperfeiçoamento. Merecem ser aprovados alguns. Merecem! Outros têm que ser rejeitados. Têm que ser rejeitados, como iria acontecer com os projetos do Tarifaço do estado do Paraná.

Mas quem está de parabéns não só os Deputados de Oposição. O Deputado Valdir Rossoni fez um trabalho excelente, como líder e com seus liderados todos aqui na Assembléia Legislativa. Mas quem ganhou é o povo do Paraná e a sociedade do Paraná que vão viver um final de ano sem aumento da carga tributária sem esse tarifaço que era para ser embutido em cima do contribuinte do nosso estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Recebi uma correspondência do Desembargador, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, relatando o processo do Deputado Dobrandino. É esse o motivo que me traz hoje aqui nesta tribuna.

(**Lê**):

“Meu pronunciamento hoje é para vos contar que esta semana recebi com muita alegria a notícia de que nosso amigo, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, obteve através de seu advogado, uma liminar em ação cautelar, visando a preservação do seu mandato popular.

A alegria ainda é maior quando verifico e constato que a aplicação da justiça foi feita pelo nosso ilustre Tribunal de Justiça, destacando a brilhante atuação do Relator do recurso, o Desembargador Lopes de Noronha, que muito bem representa o Poder Judiciário do estado.

Ao reverenciar a figura do eminente Desembargador Lopes de Noronha, quero aqui desta tribuna, enaltecer também a importância dos trabalhos exercidos pelos juristas paranaenses, que nos enchem de orgulho no desempenho de seu mister, na administração da justiça, especialmente na defesa intransigente do regime democrático.

Senhores, a Constituição Federal abre-se com a declaração solene de que a República Federativa do Brasil constitui-se em estado democrático de direito: Artigo 1º. A ninguém, contudo, pode passar despercebido que as nossas instituições e os nossos costumes políticos ainda estão muito longe de se pautar, efetivamente, pelo princípio republicano e pelo princípio democrático, porém, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao aceitar as justificativas do amigo Dobrandino Gustavo da Silva, reconheceu o poder absoluto do povo paranaense de organizar-se e dirigir-se através de seu voto, deixando de lado as mazelas que vem ocorrendo nas Câmaras e no Senado deste país, resgatando assim a valorização da pol.

Esta é a soberania popular emanada do povo na escolha de seus representantes. Nada mais enaltecedor do que ver a vontade do povo sendo cumprida pela nossa Justiça paranaense, que com bons olhos soube enxergar a verdade e a realidade dos fatos. A soberania popular é a garantia da simbiose entre o sistema jurídico eticamente neutro e a moralidade.

Quero também, senhores, desta tribuna, ressaltar a importância neste momento da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que soube separar o joio do trigo, não permitindo que nosso companheiro Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, fosse colocado na vala comum daqueles que por certo não podem ser considerados iguais. É um primeiro passo no sentido de se ver cumprir com essas exigências éticas a que acabo de me referir.

Por fim, quero concluir, Sr. Presidente e nobres Deputados, seguindo esta mesma regra de separação do joio do trigo, quero aplaudir a direção desta Casa de Leis, pelas ações implementadas objetivando a valorização deste Parlamento e seu reconhecimento pela vida civil, pelas atribuições de legislar, fiscalizar e auxiliar o Governo.

Pronuncio-me sobre o projeto enviado a esta Casa pelo Sr. Governador, Roberto Requião, pretendendo aumento de impostos, retirado desta Casa, certamente após saber que a Oposição rejeitaria.

A análise que fazemos sobre este assunto tem muito a ver com a questão levantada pelo Cidadão Honorário do Paraná, Ministro e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Marco Aurélio, que no julgamento realizado através de consulta, onde a Suprema Corte eleitoral do país decidiu que o mandato é do partido e não do Parlamentar, decisão confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Após estas decisões, a preocupação dos parlamentares da Oposição não é mais com o Poder Executivo, mas sim, respeitando as decisões partidárias, fortalecendo, sobremaneira, os partidos da Oposição.

O Paraná mostrou que tanto o Governo do Estado quanto a Assembleia Legislativa, não negociam seu voto em troca de liberação de emendas parlamentares, como, lamentavelmente, acontece em Brasília.

Obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para elucidar uma matéria que saiu no Jornal do Estado. Explicar algumas declarações que não ficaram muito claras.

Na quinta-feira passada, quando estávamos em plena Sessão Plenária da Assembleia Legislativa, um jornalista, através do meu celular me entrevistou e fez um questionamento sobre a razão pelo qual um dos processos, uma das ações que eu movi contra a figura pessoal do Governador, havia sido arquivado.

Eu, muito calmamente, questionei e disse: “Olha, não sei quem prestou estas informações, mas a ação ou as ações que tenho contra o Governador, nenhuma delas foi arquivada.”

O que acontece é que por orientação da minha assessoria jurídica, nós fizemos a solicitação de desmembramento da ação que acontecia simultaneamente contra o Governo, o Governador, e a figura do seu Secretário Airton Pisseti.

Porque nós tomamos este posicionamento, senhoras e senhores, porque lamentavelmente o Governador goza de *fórum* privilegiado, razão pela qual embora, tenha solicitado a liberação ou a licença do Governador do Estado para esta Casa de Leis, para que então eu pudesse responsabilizá-lo pela fala leviana que em muito me constrangeu e ainda hoje me constrange, liberação essa que, infelizmente, até hoje não aconteceu, como bem lembrou o Deputado Jocelito Canto na sua fala - antes da minha e do Deputado Geraldo Cartário.

Então, elucidei ao jornalista que hoje, desmembradas as ações, provavelmente quero crer que a ação contra o Secretário Airton Pisseti terá a sua conclusão mais rápida, acelerada em relação à ação contra o Governador do Estado. Essa ação é uma queixa crime contra o Governador, nada a ver com uma segunda ação, que abri também de pronto, quando do pronunciamento do Governador a meu respeito, uma ação de danos morais - essa, graças a Deus, não precisa do consentimento, da liberação da Assembleia Legislativa para acontecer e que ela vai muito bem, graças a Deus, no Supremo.

Ora, eis que no dia 16 de maio de 2007 a esta Casa chegou um ofício do Superior Tribunal de Justiça que até então nunca foi respondido e passo a ler na íntegra a decisão do Relator, Ministro Teori Albino Zavascki:

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

“Tendo em consideração a nova posse do primeiro querelado no cargo de Governador do Estado do Paraná, ocorrido em 01 de janeiro de 2007, expediu-se ofício renovando o pedido de autorização para o seu processamento penal. O ofício recebido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 16 de maio de 2007 não foi até agora respondido, assim determino o sobrestamento do processo e a suspensão do prazo prescricional da pretensão punitiva relativamente ao querelado Roberto Requião de Mello e Silva desde o dia 16 de maio de 2007 até o término do mandato de Governador ou até que sobrevenha eventual autorização para que seja processado. Determino, outrossim, o desmembramento do feito, remetendo-se cópia integral dos autos à Justiça do Estado do Paraná para que lá seja processado o co-querelado Airton Pisseti”.

Isso se deu no dia 13 de novembro de 2007. Bom, Sra. Presidente, com base nesse documento do Superior Tribunal da Justiça primeiro faço uma questão de ordem, Deputada Cida Borghetti, que ocupa o posto de Presidente desta Casa. O Deputado Jocelito Canto questionou, por que o Presidente Nelson Justus não havia dado autorização, para que o Governador do Estado fosse processado. E o Deputado Nelson Justus, muito conhecedor do Regimento e das suas funções enquanto Presidente, foi claro e nos afirmou que não pode dar essa autorização, o que eu concordo. Mas, neste documento está explícito que o Superior Tribunal de Justiça mandou

uma documentação para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se pronunciasse com respeito a essa questão, resposta essa que até então não aconteceu. Então, o primeiro questionamento que faço a V. Exa. é quem deveria dar resposta a esse ofício de origem do Superior Tribunal de Justiça? E segundo: o porquê essa resposta não aconteceu, Sra. Presidente?

Bom, e ainda na entrevista o jornalista - o qual eu não me recordo o nome - mas, tomando como base a matéria do jornal do Estado desta sexta-feira, dia 30 de novembro, acredito que tenha sido o Sr. Abrahão Benício, depois de esclarecido que não havíamos arquivado esta ação, este processo, ele me questionou em quanto eu havia estipulado essa multa de danos morais. E fui bem claro e disse que não estabeleci valor nenhum, porque pouco me importa o valor, e até ironizei, bom seria Deputado Cheida que fosse em torno de R\$ 1 milhão, - tendo em vista que a parte mais frágil do ser humano indiscutivelmente é o bolso - e eu fiz essa argumentação.

Conclui dizendo, Deputada Rosane, que o meu maior prazer estava além de trazer à tona a verdade, que até então ficou obscurecida pelo tempo, esquecida por muitos mas não por este que foi ofendido, que o prazer maior, Deputado Mauro Moraes, era oportunamente isso, Deus vai me dar oportunidade, de subir a essa tribuna, do lado de cá ou do lado de lá, e depois de ter ganho a causa poder deixar bem claro, registrado nos Anais desta Casa, que ao contrário do que estava habituado o Governador de chutar todo mundo ao seu redor e ninguém sequer à altura lhe responder, então que ele enfim tinha encontrado um homem que tem coragem a qualquer tempo de dizer para ele quão covarde ele tem sido em fazer certas afirmações levianas, senhoras e senhores, ora para jornalistas, ora para Parlamentares, mas que desta vez ele não sairia levando a melhor porque encontrara alguém com coragem o bastante para, como se diz popularmente, peitá-lo. Eu concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Edson Praczyk gostaria de dizer a V. Exa. que eu fico triste quando vejo este tipo de situação aqui na Casa.

Acho que a Casa tem que ser correta, se foi feito uma Comissão de Investigação aqui, essa comissão Deputado Edgar, levantou que não houve nenhuma irregularidade, comprovou que nada foi provado contra o Deputado Edson Praczyk, é justo que o autor desta mentira, que é o Governador, seja responsabilizado pelo o que fez, porque ele cometeu um erro com um Parlamentar desta Casa. E se essa Casa não proteger o direito, então vamos deixar a Casa. Porque na verdade o que houve foi uma agressão ao Deputado Edson Praczyk, está provado que não houve nada contra ele, e que lamentavelmente esta Casa que deveria se levantar e autorizar a fazer o processo, não está fazendo. Acho que quando alguém ataca alguém que não merece, não deve ser respeitado.

Por isso, eu solicito mais uma vez à Mesa Executiva, como disse o Presidente Nelson Justus, que mande

para o Plenário desta Casa para essa Casa decidir se autoriza ou não processar o Governador. Acho que ele tem que pagar pelas inverdades, que falou a um companheiro de tamanho respeito, que é o Deputado Pastor Edson, aliás, só acho que V. Exa. sobreviveu até aqui porque V. Exa. é Pastor, tem o coração de Deus, porque sua família deve ter passado, eu imagino porque já passei coisa parecida e é duro a gente pagar pelo o que não deve. Minha solidariedade e peço que a Mesa mande isso para votarmos o quanto antes.

O SR. EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o seu aparte. Apenas com a devida vênia, Deputado Jocelito Canto, quero deixar, na minha opinião, de que não foi um desrespeito à figura deste Parlamentar, Deputado Péricles, mas à Assembléia Legislativa do Estado. Assim como quando o Governador, levemente fala contra um membro de respeito, ele desrespeita toda a classe.

O que eu quero, é claro, que a Justiça dê o devido puxão de orelha que há muito tempo a pessoa do Governador anda precisando.

Concedo um aparte do Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Quero me somar as inúmeras manifestações de solidariedade à V. Exa.

V. Exa. é um dos Parlamentares mais brilhantes desta Casa de Leis. Um homem de fé. Um homem sério, com dignidade, intocável. Tenho orgulho de poder contar com V. Exa. como colega neste Parlamento. Rogo que Deus continue lhe abençoando! Que ninguém venha se atrever a jogar, pedras, espinhos na honra de V. Exa. É um Parlamentar responsável, atuante. Tem trazido projetos bastante interessantes para debate aqui nesta Casa. Projetos de grande alcance social.

Evidentemente, esse ataque, desprovido de qualquer razão, creio que seja uma ciumeira por esse prestígio que V. Exa. desfruta, não só no seio da Igreja Universal do Reino de Deus onde V. Exa. é Pastor, mas no meio das igrejas evangélicas, das católicas e no meio de uma grande parte do nosso povo paranaense.

Portanto, parabéns o povo do Paraná em contar com um homem sério e da inteligência de V. Exa. Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) (PSDB)

Tenho certeza absoluta que V. Exa. pode contar com o meu voto.

Temos que exigir autorização para poder processar o Governador Roberto Requião. Porque está aí o caso do aumento dos impostos. O Governador está faltando com a verdade novamente. Eles fizeram uma baianada tão grande com os impostos, que até parece que foram as crianças do Colégio Estadual do Paraná que fizeram o projeto de lei. Ele imputa a culpa aos Deputados de Oposição, como V. Exa. que é do Bloco Independente. Como se nós fôssemos favoráveis aos ricos e contra os pobres.

Por esta razão, o Governador Roberto Requião tem que aprender, de uma vez por todas, e V. Exa. disse muito bem, a Justiça há de dar um puxão de orelha no Governador Roberto Requião.

Porque ele está tão acostumado a faltar com a verdade e ninguém se levanta contra ele, - que ele acostumou - que só a palavra dele vale.

Conte com o meu apoio. Se V. Exa. quiser requerer a esta Casa, para colocar em votação o direito de V. Exa., além do meu apoio é o meu trabalho de convencimento aos Parlamentares. Porque hoje é V. Exa., amanhã poderá ser um de nós. Muito obrigado!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço a atenção das Sras. e Srs. Deputados. Muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença nesta Casa, dos Vereadores de Cerro Azul Irineu e Jerônimo. É um prazer tê-los conosco. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sejam muito bem-vindos à esta Casa de Leis.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Presidente Cida Borghetti, isto aqui não é uma Federação Paranaense de Futebol, mas me permita, para ficar consignado nos Anais da Casa, registrar a tristeza e o lamento, como paranaense, da queda do Paraná para série B do Campeonato Brasileiro de Futebol. O Paraná que tem suas raízes no antigo Colorado, antigo Pinheiro, antigo Ferroviário, time de grande torcida em Curitiba e em várias cidades do Paraná, lamentavelmente, caiu para 2ª divisão, como o próprio Corinthians.

O Deputado Cartário lembra, também, que o nosso Tubarão Londrina, infelizmente, não conseguiu uma vaga na série C, uma grande força do futebol do Paraná. Então, lamentamos e fica registrada a nossa solidariedade à torcida paranista por essa queda que o Paraná sofreu. O Paraná que trocou de técnico 5 vezes durante o Campeonato Brasileiro da série A deste ano; teve 8 empates durante o campeonato; 11 vitórias e 19 derrotas 114 pontos no campeonato brasileiro, deixou de ganhar 73 pontos e somou apenas 41 pontos. Está aí a razão da grande derrota que o time sofreu e a nossa expectativa que, no próximo ano, tanto o Corinthians quanto o Paraná melhorem o seu plantel, tenham melhores jogadores, fazendo com que a alegria volte junto as suas torcidas.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello por 5 minutos.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna, nesta tarde, para fazer um agradecimento, não apenas em meu nome, e também um elogio ao Governo do Estado, à Prefeitura e às lideranças de São João do Triunfo.

Na segunda-feira passada recebi uma ligação, aconteceu uma grande tempestade de granizo, que praticamente arrasou toda a plantação de fumo e outros produtos daquele município, atingindo todas as localidades do município de São João do Triunfo. Casas foram descobertas, pessoas ficaram ao relento. Imediatamente, apresentamos um requerimento pedindo regime de urgência ao Governador do Estado. Ligamos para o Governador. Ele nos passou para o Coronel Anselmo, e a Defesa Civil teve uma ação emergencial de grande envergadura, com muita agilidade. Por isso, quero agradecer a ação do Governo do Estado, ao Coronel Anselmo e a Defesa Civil.

Quero agradecer, também: ao Prefeito Luiz de Lima de São João do Triunfo; ao Secretário de Agricultura; aos Vereadores da cidade; aos Secretários; ao Presidente da Câmara, Pedro Halila; que ficaram sensibilizados com a forma como o Governo do Estado agiu, prontamente, com relação a essa grave crise que passou naquele município. O Governo do Estado esteve lá através da Defesa Civil. Foram distribuídas, no mesmo dia que aconteceu essa tempestade, 370 cestas básicas, cobertores e lonas para todas as famílias atingidas. A Defesa Civil está providenciando, também, chapas de Eternit, juntamente com a Prefeitura.

Além de fazer este agradecimento, estou entrando com outro requerimento, hoje, para solicitar ao Secretário da Agricultura que forneça, ainda nesta semana, 1.300 sacas de sementes de milho porque praticamente toda lavoura de fumo se perdeu, o prejuízo foi enorme. Foram 337 agricultores de fumo atingidos numa área de 1.274 hectares, com prejuízo de R\$ 17 milhões e 540 mil reais (levantamento feito pela Prefeitura de São João do Triunfo). Várias comunidades com lavoura de milho, feijão, erva-mate, soja, uva e outras lavouras. Então, essas famílias estão em estado de muita dificuldade, necessitam com extrema urgência, repito, dessas 1.300 sacas de semente de milho para poderem, ainda nesta semana, iniciar a safra de milho para diminuir um pouco seus graves prejuízos.

Agradeço ao Governo e, ao mesmo tempo, solicito, em nome da Prefeitura, das lideranças da comunidade de São João do Triunfo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, essa ação continuada do Governo do Estado.

Para concluir, Sra. Presidente, Srs. Deputados, ouvi o nosso Deputado atacando o Governo Federal e a prorrogação da CPMF. Eu aconselharia o Deputado Elio Rusch a ler o jornal do Estado de São Paulo, de ontem,

onde saiu uma entrevista do nosso Ministro da Economia, Guido Mantega. Mesmo o jornal o Estado de São Paulo sendo conservador - que tem viés neoliberal, que faz o editorial com certo conteúdo crítico ao Governo - que leu atentamente aquele jornal vê, que a posição no fundo é favorável à prorrogação da CPMF, porque se esta não for prorrogada o prejuízo para o Brasil será enorme. Os próprios partidos de Oposição, o PSDB por exemplo, estava com tendência de apoiar a prorrogação e a negociação com o Governo Federal. A maioria ou quase a totalidade dos governadores do PSDB é favorável à prorrogação devido às condições de negociação do Governo, que recuou em alguns pontos oferecendo alternativas.

Mas há um setor mais radical capitaneado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem como objetivo prejudicar o Governo. Está claro. A Oposição que hoje busca impedir a prorrogação da CPMF tem o objetivo claro de impedir o projeto de Governo popular.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Consulto V. Exa. se deseja usar o horário da liderança do seu partido por dez minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sim.

Qual será a consequência da rejeição da CPMF? Mais de R\$ 40 bilhões de recursos para a saúde não poderão ser repassados, depois de todo o trabalho e da luta política que aconteceu no Congresso Nacional, a sensibilização do Governo Federal, que liberou esses recursos, apontando uma luz para a crise porque passa há anos e anos, em toda a história do Brasil a saúde brasileira que vem melhorando, desde a implantação da saúde pública do SUS. Mas o Governo daria um salto de qualidade com esses R\$ 40 bilhões. Isso ficará impedido de acontecer.

Para a educação, o salto enorme da educação brasileira nas universidades federais e o aumento de salários para os seus professores e funcionários. Recursos para a implantação de escola técnica e outros recursos para o Plano de Desenvolvimento Educacional também cairão por terra.

O discurso contra a prorrogação da CPMF, hoje é um discurso contra aqueles que estão preocupados com o Governo Lula. Começam também a dizer da possibilidade do Presidente ser reeleito pela segunda vez. O Fernando Henrique Cardoso e alguns líderes do PSDB deixaram claro, que apoiar a prorrogação da CPMF é abrir caminho para o terceiro mandato do Presidente Lula. O PT nega isso. O Presidente já falou - em viva voz, com clareza e transparência - que se nega a qualquer tipo de construção de um novo mandato. Temos a maior clareza de quem está contra a CPMF hoje é por motivo político e trará um grande prejuízo ao Brasil. Por isso mesmo temos a confiança que a prorrogação da CPMF será aprovada.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Plauto Miró Guimarães, por 5 minutos.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã eu abria o jornal Gazeta do Povo e via a manchete da coluna do Celso Nascimento "Falta luz neste negócio".

Quero dizer que eu vinha já, algum tempo, ouvindo rumores, que o Palácio Iguazu, o Governo do Estado do Paraná, estaria fazendo um entendimento de compra do grupo francês. Quem é o grupo francês? É aquele grupo que compõe a Empresa Dominó, que comprou uma parte da SANEPAR, lá no começo dessa década. Compraram, na época, pagando um valor de R\$ 251 milhões e naturalmente naquele momento aconteceu um acordo entre o Governo do Paraná e o consórcio que comprou 39% da SANEPAR. Foi assumido, foi firmado. Vi durante a campanha eleitoral do ano de 2002, o Governador do Paraná falar tanto de que a SANEPAR tinha sido vendida para a iniciativa privada, para uns franceses que compraram a SANEPAR. Ele faltou com a verdade, porque meramente eles compraram 39% da SANEPAR, pagando R\$ 251 milhões.

Aqueles que eram os maus, os franceses, a partir de agora já não são tão maus. O Governador do Estado abriu uma negociação com este Grupo Dominó para comprar os 30% que os franceses, que se chama Empresa Sanedo, têm no capital do consórcio Dominó.

Só para explicar, esse consórcio é composto pelos franceses, a Sanedo, que tem 30% do capital; a COPEL tem 15% do capital; a Empreiteira Andrade Gutierrez tem na casa dos 28% do capital e os fundos; a Dalet tem 27%. Isso perfaz 100% do capital do Dominó. O Governador, segundo aquilo que eu já ouvia e hoje se confirmou de acordo com essa matéria, e fui buscar a veracidade, está realmente acontecendo. O Governador está comprando a Sanedo.

Até aí, uma ação do Governo. Agora, pergunto o porquê estão comprando esse grupo francês, a Sanedo tem 30%. Quem está comprando é a COPEL. O Governador está usando a COPEL para comprar a parte dos franceses. Os franceses têm 30% do consórcio; a COPEL tem 15% do consórcio; então, 30 mais 15 vai dar 45%. Estranho, a COPEL vai continuar minoritária dentro desse consórcio. Sendo minoritária, ela não vai poder romper aquele acordo de acionistas que tanto o Governo do Paraná tenta romper na Justiça e tantas vezes o Governo perdeu na Justiça.

Então, não consegui entender. Mas, fui em frente, Deputado Durval Amaral. E lá atrás, eu tinha ouvido que a COPEL iria pagar 42 milhões de euros, então gira na

casa dos R\$ 110 milhões o valor da compra. Só que aumentou o valor da compra. Eram 42 milhões de euros, e não sei porque foi para 42.495. Quase meio milhão de euros a mais. Isso dá, em real, R\$ 1 milhão e 400 mil. Foi aí que me assustei porque estão pagando R\$ 1 milhão e 400 mil a mais.

E, Deputado Rossoni, o senhor que é Líder da Oposição, quem não lembra do começo do Governo Requião, naquela tribuna, se não me engano no dia da posse, falou que ia encaminhar a esta Casa e fazer com que ela aprovasse um projeto de lei para que a COPEL não pudesse mais ser minoritária em empresa nenhuma. E agora, o Governador está tomando uma atitude, fazendo a COPEL uma minoritária nesse consórcio. E pior, pagando R\$ 110 milhões.

Ouvi também, dias atrás, o Governador do Paraná falando em aumentar o capital da SANEPAR. Se o Governo do Estado fizer um aporte financeiro na SANEPAR, o que vai acontecer? A COPEL que colocou R\$ 110 milhões para comprar 30% dos franceses vai ter o seu capital investido desvalorizado, porque a COPEL vai receber o aporte do Governo do Estado. Não entendo mais nada. Está me cheirando mal.

Quero aqui alertar a Liderança do Governo e dizer - duvido que o Governador Roberto Requião saiba o que está acontecendo nesse imbróglio da compra da empresa dos franceses.

Fui mais longe, Deputado Elio, fui mais longe, fui buscar as leis e na Lei nº 4286 que diz que é proibido a COPEL ser sócia minoritária de qualquer empresa. Também diz que ela só pode comprar uma participação acionária de uma empresa de acordo com o valor do capital da empresa. Daí foram à Junta Comercial. Nossa assessoria foi buscar para podermos tirar a dúvida. O Grupo Dominó pagou R\$ 251 milhões, 30% de R\$ 251 milhões, dá R\$ 75 milhões. Só que o Governo do Estado, Sra. Presidente, está pagando pelos 30%, R\$ 110 milhões.

Está me cheirando mal. Acorda, Governador. Não sei quem está comandando esta tramóia. Deputados da base aliada, Deputado Péricles, que foi Diretor da SANEPAR, tem coisa errada.

Passa a usar o Horário da Liderança do Partido dos Democratas

Estou aqui como representante dos paranaenses, trazendo este alerta ao Governo do Estado do Paraná. Alguém, alguém com certeza vai levar vantagens nessa negociação, porque não dá para entender esta atitude do Governo de comprar um percentual que ele vai ficar minoritário, infringindo a lei que ele mandou aprovar aqui na Assembléia e, automaticamente, pagando R\$ 40 milhões a mais do que vale. Tem coisa errada.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto Miró, quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento que faz e à luz do dia, esta que é a verdade. Acho que as coisas têm que ser esclarecidas e ninguém está aqui fazendo Oposição pelo bel prazer de querer fazer Oposição. Ninguém quer o mal do Paraná. Todos queremos o bem do Paraná, porque se o Governo vai vem, os paranaenses vão melhor. Agora, não é possível, não é possível que o Governador do Estado do Paraná tenha conhecimento desse trambique que está acontecendo, dá para falar assim - desse trambique que está acontecendo hoje envolvendo a COPEL e a SANEPAR.

Ora, a Assembléia Legislativa fez aqui uma CPI e a CPI da COPEL ela elaborou o esboço de uma lei e foi aprovada por todos os parlamentares, sancionada pelo Governador do Estado do Paraná. É impossível, Deputado Plauto Miró, que o Governo do Estado que sancionou esta lei, que V. Exa. fez menção, a Lei 14286, e agora o Governador permitir que seus liderados, que seus secretários venham a infringir esta lei.

Didático, bem simples, e V. Exa. foi muito feliz R\$ 251 milhões é que estão registrados na Junta Comercial, a Sanedo tem 30%, em números redondos dá R\$ 75 milhões. Tudo bem. Por quanto eles estão comprando? Pagar R\$ 110 milhões, onde ficam os R\$ 35 milhões? Para onde que vão?

E o mais grave ainda, Deputado Plauto, a COPEL só pode fazer o negócio e aí que eu chamo a atenção do Líder do Governo e do próprio Governador do Estado do Paraná, que eu acredito, quero acreditar que ele não saiba que a Assembléia só pode comprar ações e participar de um consórcio mediante autorização legislativa. Está na lei que o Governador sancionou. Como que a COPEL vai querer comprar, participar de um consórcio agora, de um negócio, sem autorização legislativa?

Quero parabenizar V. Exa. e esperar que o Governador do Estado do Paraná esteja nos ouvindo ou que alguém fale para o Governador - Governador, está acontecendo isto na COPEL e na SANEPAR para que amanhã ou depois a Oposição não venha a ser taxada, que vocês são contra o Paraná. Pelo contrário nós queremos que a legislação seja cumprida, mas que o dinheiro seja bem aplicado e que não seja jogado no ralo.

Parabéns Deputado Plauto.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Plauto, eu entendo perfeitamente o seu pronunciamento, primeiro: Governo age sem lei, ele não podia estar comprando, não tem lei específica. Segundo: ele compra algo que está registrado na Junta Comercial por R\$ 75 milhões, não houve valorização e paga R\$ 110 milhões. Terceira irregularidade: chama o Botto de volta, porque se o Botto de Lacerda estava negociando uma coisa irregular agora eles pagam mais de 500 mil euros! O Botto pediu a conta, mas é aquele acerto: você pede a conta e eu não tenho que te dispensar.

Então são 3 irregularidades: falta de lei; pagando valor acima do que está registrado na Junta Comercial, porque não houve valorização e terceiro: chama o Botto de volta.

Tenho certeza, Deputado Plauto que isso será objeto de uma reunião, quero propor a V. Exa., vamos reunir a Oposição, temos que chamar o Botto, temos que chamar aquele francês para ele nos contar qual era a negociação escusa, o Botto foi atacado pelo próprio Governo! Vamos chamar o francês aqui, para nos dizer o que estavam propondo para ele nessa negociação e por que essa pressa? O Governador do Paraná está achando que governar o Paraná é governar um supermercado, que ele pode vender e comprar na hora e pelo preço que ele bem entender! Não é assim não, nós vamos entrar na Justiça e ele vai ter que vir a esta Casa pedir autorização para depois iniciar a negociação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Obrigado, Deputado Rossoni, e eu quero, dentro dessa linha investigatória, dizer que o Presidente da Sanedo, dessa empresa que está negociando com o Governo do Estado, o Sr. Merlick, ele sim é uma pessoa que a Assembléia tem que ouvir, esse francês que lá atrás adquiriu 30% do consórcio e que, naturalmente, agora está vendendo essa participação para o Governo do Estado por um valor muito maior do que aquilo que legalmente a própria COPEL tem que pagar.

Deputado Mattos Leão com o aparte.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Plauto, não tenho ciência ainda de todo esse projeto, de toda a tramitação a que V. Exa. manifesta a sua opinião, mas há pouco tempo atrás tivemos um projeto de lei tramitando nesta Casa que permitiria a COPEL associar-se com outras empresas para participar do leilão do pedágio. Eu fui Relator desse projeto na CCJ, projeto esse que inclusive modificamos através de uma emenda, porque permitia, naquela época, a COPEL participar de uma sociedade com minoria das cotas. Isso é proibido legalmente. V. Exa. tem razão, desde já manifesto aqui a minha concordância neste quesito, principalmente, nos demais temos que aprofundar a discussão. mas a lei, de forma muito clara, proíbe a participação da COPEL em sociedades com minoria das cotas de participação da sociedade.

Desde já quero manifestar o meu apoio e a minha concordância a essa observação que V. Exa. faz, porque já foi fruto, inclusive em outros momentos, de modificação feita por esta Casa de Leis através de trabalho feito pelos Srs. Deputados.

Obrigado.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas) (Aparte)

Deputado Plauto, quero cumprimentar V. Exa. pela gravidade da denúncia que traz, nesta tarde, à Assembléia Legislativa, que também foi objeto da coluna do jornalista Celso Nascimento, que retrata com peculiaridade, com precisão as eventuais irregularidades que estão sendo praticadas, muito bem narradas por V. Exa. e por todos que o antecederam.

Primeira questão: é preciso lei da Assembléia Legislativa para autorizar esta compra. Segunda questão colocada, se o valor subscrito no contrato social é de R\$ 75 milhões, qual a razão que o Governo está pagando R\$ 110 milhões? Tenho certeza, e quero comungar com V. Exa., que o Governador não tem conhecimento dessa peculiaridade. Pode conhecer o negócio, mas não essa peculiaridade e que é necessário Lei da Assembléia Legislativa, que a COPEL não poderia pagar mais que 75 milhões que representa efetivamente os 30% do contrato social que a Sanedo faz parte. E 75 milhões para R\$ 110 milhões está se falando de uma gordura de R\$ 35 milhões, o que é extremamente grave.

Acredito que o nobre Líder do Governo vai fazer, como fez recentemente, o Governo enxergar os equívocos que estavam prestes a ser cometido com relação ao IPVA. Então, é a lógica do negócio. Qual é a lógica do negócio? Não tem lógica, porque se a COPEL detém 15% do negócio Dominó, se ela vai comprar mais 30% da Sanedo, 45% do negócio, quem tem 45% do negócio não tem nada. E quem não tem nada, não pode jogar no ralo R\$ 110 milhões, ainda mais se é intenção do Governo fazer aumento de capital. Estamos jogando no ralo R\$ 110 milhões para não ter nada de coisa alguma, porque vai ter apenas 45% do negócio. E pior, depois aumenta o capital.

Quer dizer, o Governo tem que fazer conta. Por mais vantajoso que possa ser individualmente para alguém esse negócio, para o estado do Paraná e para os acionistas da COPEL é um péssimo negócio. O Governo tem que fazer conta, estão jogando no ralo R\$ 35 milhões. Se alguém vai ficar feliz com esse negócio, com certeza não serão os milhões de paranaenses e nem tampouco os milhares de acionistas da COPEL. Talvez a felicidade de um possa ser um prejuízo enorme para todos acionistas da COPEL.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Para concluir, quero dizer que a denúncia está feita, é seriíssima. Repito, a Bancada do Governo que se atente para esta atitude que o Governo do Estado do Paraná está tomando, trazendo um sério prejuízo para a COPEL e para todos nós paranaenses. Prestem atenção: tem coisa errada. Tenho certeza que o Governador Roberto Requião não está sabendo disto que está por acontecer. Está me cheirando mal. Não quero acusar diretamente, porque não tenho provas, mas está se armando uma grande maracutaia no estado do Paraná.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para falar de 4 assuntos. Mas, Sr. Presidente, não precisa se preocupar que não vou utilizar do Grande Expediente para fazer o meu programa de rádio. Os 4 assuntos que vou abordar são extremamente importantes para o estado do Paraná.

O Deputado Edson Praczyk, fez um belíssimo pronunciamento. E gostaria, Pastor Edson, de começar o Grande Expediente para falar a respeito do seu caso, sim, porque o que o senhor passou com essas difamações do Palácio, o que o senhor passou nas mãos principalmente desse Secretário da Comunicação Social, Sr. Airtton Pissetti, Secretário de Comunicação do Estado do Paraná.

Segundo a promotoria, existe um questionamento sobre a nota publicada na capa de um jornal na cidade de Ponta Grossa, no dia 22 de junho de 2007, que faria ataque pessoal a adversário político assinado pela Secretaria e paga com o dinheiro do povo do estado do Paraná.

Por isso a promotoria está ingressando com essa ação pública contra o Secretário por ato de improbidade.

Pois bem! Isso é para demonstrar o que aconteceu com o Deputado Praczyk, ainda continua acontecendo com outras pessoas no estado do Paraná. Porque é assim que esses agentes públicos se manifestam. É assim que eles trabalham, perseguindo as pessoas, caluniando e difamando quem quer que seja. Mas, para vir aqui na Assembleia Legislativa se explicar pelos casos de maracutaia, pelos casos de corrupção que foram apontados e que inclusive foram aprovados, isso ele não faz. Aqui ele não aparece, ele não pisa.

Li ontem na Gazeta do Povo e para o ano que vem a emenda orçamentária da Assembleia Legislativa está prevendo um aumento de 340% em relação a este ano para verbas de propaganda.

Quer dizer, não tem dinheiro para a saúde, não tem dinheiro para educação, para a segurança pública. É o mesmo efetivo há 8 anos em todo estado do Paraná. Não tem dinheiro para segurança, mas querem destinar 38 milhões para propaganda. Pasmem! São 38 milhões que ninguém sabe exatamente para quem vai. Não existe transparência nenhuma e é num ano eleitoral.

Ou seja, o dinheiro do povo fazendo a propaganda política, campanha dos candidatos do Governo. Isso é um absurdo! Estava acompanhando a reportagem da Gazeta e talvez eu não tenha me expressado bem aqui na tribuna, porque no final da reportagem fala que

o Deputado Marcelo Rangel não é contra os gastos de propaganda, mas cobra transparência. Não só sou contra, como sou radicalmente contra. Não voto esse orçamento com essa emenda, em hipótese nenhuma. Acho um absurdo, acho uma emenda ridícula e mais, não compactua, inclusive, com o próprio discurso do Governador Roberto Requião que disse que essa verba é desnecessária para o ano que vem.

Fizemos algumas emendas coletivas pela Comissão de Saúde, em torno de 5 milhões, e já estou ouvindo aqui pelos corredores da Assembleia Legislativa que estão querendo cortar algumas emendas destinadas para os hospitais do estado do Paraná. Mas, os 38 milhões para propaganda já estão assegurados. Então, isto é um absurdo! Sou contra e vou trabalhar pedindo não só para os Deputados de Oposição, como também para os Deputados da Base Governista.

No último pronunciamento, o Deputado Cheida falou que iria avaliar, inclusive, o meu projeto de lei, que prevê que todo o gasto com propaganda tem que ser relatado em planilhas, que terão que ser distribuídas para as associações, como ABERT, ADJORI, para que os próprios meios de comunicação façam a leitura e fiscalizem uns aos outros, para que tenham total transparência. Mas, aprovar mais 30 milhões em propaganda, acho realmente um absurdo! Quero saber daonde vai sair este dinheiro. Eles vão ter que tirar este dinheiro de algum lugar. Vão tirar o dinheiro da saúde? Vão tirar o dinheiro da educação para custear campanhas políticas do ano que vem? Este é o segundo assunto.

O terceiro assunto, gostaria de parabenizar não só os Deputados de Oposição, como também os Deputados da Base Governista, que iriam votar contra o aumento de impostos, o aumento das taxas. Este projeto vergonhoso. Estou dando os parabéns porque considero que esta é uma grande vitória da última resistência que existe no estado do Paraná, que a Bancada de Oposição, a Bancada dos Deputados conscientes, que trabalham aqui na Assembleia Legislativa. Isto aqui não é uma monarquia. Isto é uma democracia. E o Governador tem que respeitar esta Casa.

Acredito que a partir desta data, o Sr. Governador vai pensar melhor todas as vezes que encaminhar projetos esquisitos para a Casa do Povo, porque vamos, sim, resistir e emitir pareceres, para que a população tenha ciência de que estamos representando os anseios populares.

O quarto e último assunto é sobre a Audiência Pública da Comissão de Transportes, que aconteceu na cidade de Ponta Grossa. Aqui quero fazer um agradecimento público, quero que fique registrado nos Anais da Assembleia Legislativa, estou agradecendo ao Sr. Deputado Péricles de Mello, agradeço ao senhor pelo fato de ter comparecido à Audiência Pública, ter levado solidariedade, apoio, ter comparecido ao debate. Isto é muito importante para todos nós, no estado do Paraná. Agradeço ao Deputado Bertoldi, que deixou seus afazeres aqui na região metropolitana e também participou da

Audiência Pública. Agradeço ao Deputado Douglas Fabrício, do PPS, que também esteve conosco na Audiência Pública sobre o Aeroporto Internacional do MERCOSUL. E também ao Vice-Presidente da Comissão dos Transportes, Deputado Strapasson. Agradecemos também ao Presidente da FIEP, Presidente Rocha Loures, que desmarcou uma viagem que iria fazer para o Japão, para ir a Ponta Grossa acompanhar o lançamento do projeto do Aeroporto Internacional do MERCOSUL. Enfim, de todas as autoridades, dos representantes, das autoridades federais, dos representantes, dos senadores.

Nunca subi à tribuna para falar a respeito deste aeroporto. E é a primeira vez que vou fazê-lo. Este aeroporto é específico para cargas do Brasil. E ele é totalmente diferente. Ele é diferenciado em seus moldes com relação à iniciativa privada. Todo o aeroporto será construído com dinheiro da iniciativa privada das maiores empresas de transporte do mundo. Empresas, posso citar, como a FEDEX, UPS, LAN CHILE, DHL, PILOT, NISSIN, enfim, são 18 empresas de grande porte, são as maiores empresas do mundo, que há muitos e muitos anos estão tentando se estabelecer no Brasil com o propósito de montar um aeroporto particular específico para cargas, para se tornar um hub aeroviário da América do Sul, do MERCOSUL. E isso pode se concretizar na região dos campos gerais, próximo a Curitiba, a 35 ou 40 minutos da Região Metropolitana de Curitiba. O projeto é extremamente arrojado e amanhã estarei conversando novamente, pela terceira vez, como Ministro Nelson Jobim em Brasília. Essa terceira Audiência já está marcada e já fizemos outras Audiências com o Ministro, que já manifestou o apoio e demonstrou total interesse para esse tipo de empreendimento, cuja participação pública será de acessibilidade com relação às rodovias e o Brasil inteiro sabe que a região de Ponta Grossa, a região dos campos gerais se constitui no maior centro rododotferroviário do sul do Brasil, ou seja, o escoamento é muito facilitado através da malha terrestre rodoviária e malha ferroviária, além da proximidade ao porto de Paranaguá.

Todo o projeto do aeroporto já foi estudado e foi apresentado na semana passada, inclusive com valores. Esse aeroporto é completamente diferente de qualquer aeroporto do Brasil, porque ele prevê 4 pistas. Hoje, no país, o aeroporto de cargas mais famoso e de maior movimento é o aeroporto de Campinas, Viracopos, que apresenta uma pista de 3 mil e 400 metros e tem um problema muito sério, porque perdeu a especificidade e hoje o aeroporto já não transporta mais cargas. E recebi agora há pouco a informação que as maiores empresas de transporte terrestre do Brasil que se estabeleceram no estado do Paraná fazem o transporte de cargas de Curitiba para Campinas, não por avião, não por via aérea e sabem por quê? Porque não existe confiabilidade no aeroporto internacional de São José dos Pinhais. O aeroporto de São José dos Pinhais fica de 30 a 40 dias fechado por ano. Todos nós aqui, Deputados, tenho certeza absoluta que já

passamos pelo constrangimento de ter que descer em Joinville, descer em Navegantes ou em Florianópolis, porque não tinha teto aqui na região metropolitana. E o fluxo aéreo na nossa região de Curitiba é muito intenso.

O Brasil, a INFRAERO, a ANAC, o Ministério da Defesa precisa desafogar todos os aeroportos do Brasil e principalmente o aeroporto de São José dos Pinhais. É por isso que essa viabilidade está se constituindo de uma maneira fantástica, porque temos aqui a maioria, foram 45 Deputados Estaduais que assinaram a carta de intenção pela construção desse Portal Aéreo do MERCOSUL aqui nesta região. Temos o apoio da bancada federal, pois os Deputados Federais estão nos apoiando, como o Gustavo Fruet, o Rodrigo Rocha Loures, o Cezar Silvestri e o Deputado Ratinho, que estará junto comigo amanhã com o Ministro Nelson Jobim. E os Senadores também estão encampando a idéia, porque não é apenas o empreendimento para uma região, não, mas é um empreendimento para o estado do Paraná e talvez o maior de todos os empreendimentos dos últimos anos, porque pode chegar a 1 bilhão.

Segundo o projeto, são 4 pistas, o que transformaria, sem dúvida nenhuma, no maior aeroporto de cargas da América do Sul, para atender todos os países do MERCOSUL, para fazer o hub de distribuição não só para o país, para todas as principais capitais do Brasil, mas também fazer a ligação com outros aeroportos na Europa, no Japão, na China. Enfim, é realmente um projeto extremamente arrojado, e eu mais uma vez peço a ajuda, peço o auxílio dos Srs. Deputados, porque é o nosso estado do Paraná que entra com contexto mundial, esse aeroporto terá os moldes do aeroporto de Memphis, que é uma cidade menor - Deputado Rossoni conhece a cidade de Memphis, a cidade do Elvis Presley - lá existe o aeroporto particular da Fedex, que inclusive tem um dos maiores tráfegos aéreos do mundo, se não me engano é o terceiro maior tráfego aéreo do mundo e é um aeroporto particular.

É importante dizer que o Uruguai anunciou agora - depois de todo o trabalho da Assembléia Legislativa, da Comissão de Transportes, depois do trabalho que realizamos junto ao Ministério da Defesa - o Uruguai acabou de anunciar que também quer um aeroporto particular, privado, com 4 pistas, para ser o portal do MERCOSUL.

Sabe por que essa região é privilegiada? Porque estamos a uma hora de voo das principais cidades do Brasil e a três horas de mais de 90% do PIB da América do Sul, sem contar com as questões geográficas e de clima da região dos campos gerais, não temos problemas climáticos, não temos problemas de vento, não temos problema de teto.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Apenas para hipotecar o meu apoio à luta de V. Exa., dizer que quando se trata de logística, transporte, armazenamento de cargas principalmente, é preciso ir fundo real-

mente. O Paraná tem tratado essa questão mais a nível de preço do pedágio. Se a estrada tem buraco, ou se não tem, se o porto de Paranaguá deve ser público ou não. São condições necessárias para se tratar, mas não suficientes. Não há dúvida que quando se tocam em questões de infra-estrutura com esse nível de articulação e envolvimento, é preciso que todos nós apoiemos.

Então, apenas para um breve aparte para dizer que sou solidário à luta de V. Exa., e quero que me considere no rol dos Deputados que apóiam essa sua causa, que passa a ser também nossa.

Obrigado pelo aparte.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado, Deputado Cheida.

Esse empreendimento, se Deus quiser, vai beneficiar milhares e milhares de famílias paranaenses, além de concentrar indústrias, laboratórios, empresas de transporte de todo o Brasil no nosso estado do Paraná. Então, é realmente algo fantástico, que precisamos lutar para o nosso país, o Brasil não tem um aeroporto nesses moldes. Então, acho que é muito importante essa nossa luta, e para o estado do Paraná sensacional.

Então, senhores, agradeço pelo apoio da Comissão de Transportes, agradeço pela solidariedade que os Deputados prestaram naquele momento em que apresentamos o projeto, e estaremos apresentando o projeto em Brasília. E antes que eu me esqueça, Sr. Presidente, algo importante que me veio agora, temos o apoio do Senado, Senadores paranaenses já manifestaram apoio; temos o apoio dos Deputados Estaduais, 45 Deputados Estaduais assinaram a carta de intenção; temos apoio da bancada federal, Deputados Federais estão nos ajudando, inclusive o Deputado Ricardo Barros também está prestando solidariedade. Mas eu ainda não levei o projeto ao Governador Roberto Requião.

Portanto, Deputado Romanelli, pedir a atenção do senhor. Eu gostaria, sou Deputado de Oposição e eu nunca tive oportunidade, como Deputado, de ter uma audiência com o Governador Roberto Requião. Estou solicitando ao Sr. Líder do Governo para que o senhor programe uma audiência com o Governador Roberto Requião para que ele também nos auxilie com esse projeto, nos próximos dias - amanhã estarei com o Ministro Nelson Jobin - se possível ainda nesta semana para que mostremos o projeto pronto. O projeto já está adiantado, vou mostrar ao Governador Roberto Requião, porque ainda não tive a oportunidade de levar a autoridade máxima do estado do Paraná.

V. Exa. faz esse favor para um Deputado de Oposição? Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passaremos ao Horário das Lideranças. Consulto as Lideranças do PDT, Bloco PPS/PMN.

(Declinam)

No Horário da Liderança do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Rapidamente quero falar de dois acontecimentos fora do Brasil, mas que certamente despertam algum interesse em nosso país.

Primeiro em Cuba, está lá Fidel Castro gravemente enfermo. Como é um regime ditatorial, mesmo Fidel Castro com um grave problema de saúde, colocaram o nome dele numa lista para ser reeleito Presidente de Cuba. Bom, é um problema de Cuba!

O segundo fato que chama a atenção do Brasil, quero crer que em quase todo o planeta Terra, é a grande derrota do ditador Hugo Chávez sofreu nesta madrugada na Venezuela. Quando ele pretendia, através de uma consulta popular, um plebiscito, galgar amplos e autoritários poderes. Mexer na Constituição está acima da lei, do Judiciário. Pretendia ter o direito respaldado pela manifestação do povo nas urnas, de disputar quantos mandatos presidenciais ele desejasse. Não teria mais limites de eleições.

Fico imaginando aqui, que o Lula estava com os olhos arreganhados em direção à Venezuela, para depois copiar aqui.

Esse papo que o Lula não quer o 3º mandato, é para anjinho acreditar. Só bobo para acreditar que o Lula está sendo sincero.

Será que o Lula quer deixar a poltrona do poder em Brasília e voltar para o Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo? É só bobo para acreditar que o Lula não tem vontade de ter um terceiro mandato.

Esse fato da derrota de Hugo Chávez, quando 57% da população disse não e não para as reformas da Constituição, isso joga água fria naqueles, que nos bastidores, também vinham articulando a sua permanência no poder aqui no Brasil.

Esse fato vem confirmar o que o Instituto Datafolha divulgou para todo o país, uma pesquisa que mostra que 65% dos brasileiros não aceitam a idéia de mudar a Constituição do Brasil, para dar um eventual 3º mandato ao Presidente Lula. Se mudar a Constituição, ele puder disputar o 3º mandato e for vitorioso, o Presidente Lula ficaria no poder até 01 de janeiro de 2015. Sessenta e cinco por cento dos brasileiros não querem o 3º mandato para o Presidente Lula.

O fato mais interessante que eu registro, desta tribuna, é que de todos os estados brasileiros, está aqui no Paraná a maior rejeição para um eventual 3º mandato ao Presidente Lula. Setenta e três por cento dos paranaenses responderam à pesquisa do Datafolha que não querem mudança na Constituição para perpetuar no poder o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, Sr. Presidente, o Datafolha, que é um instituto sério, comprovou: o Lula tem seus méritos, tem suas qualidades, tem seus valores, mas eu creio que o ideal é o Presidente deixar o cargo e lá na frente, se for o caso, se for de interesse dele, do seu partido ou da nação, que ele volte a pleitear o mandato de Presidente da República.

Por hora, acho que tem que ser respeitada esta primeira grande manifestação que tivemos, começando nesta madrugada, na Venezuela, quando Hugo Chávez foi fragorosamente derrotado e, simultaneamente, com a pesquisa do Datafolha mostrando que o brasileiro, também, em que pese respeito ou não à figura do alto mandatário da nação, Luiz Inácio da Silva, a grande maioria do povo não quer 3º mandato. Apenas 31% responderam ao Datafolha dizendo que concordam com o 3º mandato, 4% não souberam responder ou se manifestaram indecisos e 65% contra o terceiro mandato do Lula. Aqui no Paraná, que é o nosso estado, nossos irmãos, nossos conterrâneos responderam esmagadoramente (73%) não a um 3º mandato ao Presidente Lula.

Cabe, agora, aos Deputados Federais e ao Senadores, que representam os brasileiros no Congresso Nacional, em Brasília, que respeitem essa vontade que está manifestada pelo povo através desse instituto chamado Datafolha e que eles não se assanhem com a sede de se perpetuarem no poder, usufruindo as grandes vantagens que o poder oferece em Brasília. que seja respeitada a vontade do povo brasileiro que quer eleição livre e democrática.

Temos, também, a primeira pesquisa sobre intenção de voto. Se a eleição para Presidente da República fosse hoje, José Serra, atual Governador de São Paulo - que agora pouco foi transportado no carro, pelo nosso colega Valdir Rossoni, está aqui em Curitiba - seria eleito o novo Presidente do Brasil. Em segundo lugar ficou Ciro Gomes. Numa outra projeção, se não for o Serra o cabeça de chapa, o candidato do PSDB ganharia a eleição, hoje, o Ciro Gomes.

O Serra aparece como candidato do PSDB com 38%; o Ciro Gomes aparece em segundo, com 18%. Quando trocam o Serra pelo Aécio Neves, Governador de Minas Gerais, o Ciro Gomes lidera a pesquisa de intenções de voto. É evidente que ainda é cedo. Esse quadro pode se alterar. Não é tão fácil alterar porque não estão surgindo novas lideranças no Brasil, mas o que importa é que tenhamos, daqui a 3 anos, a eleição livre e o povo elegendo, de forma democrática, o novo Presidente do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a atenção de V. Exas. é fundamental e vai contribuir com o meu pronunciamento, porque pretendo novamente abordar um assunto de alto interesse dos paranaenses.

Uso a tribuna para mais uma vez manifestar, nesta tarde, não nossa indignação, Deputado Elio Rusch, mas sim para dizer aos paranaenses que diante do clamor do povo e da reação da sociedade, representada aqui neste Parlamento por todos os Srs. Deputados das mais diversas regiões do estado do Paraná, o nosso ilustre Governador Roberto Requião não resistiu à pressão popular e recuou do grande presente de Natal que daria aos paranaenses, com o seu tarifaço de aumento de impostos, que diretamente iria refletir no bolso do nosso contribuinte do estado. Recua o Sr. Governador sob a alegação de que o DEM, os Democratas e o PSDB preferiram privilegiar os ricos, em detrimento da atenção aos pobres.

Ora, Srs. Deputados, que discurso é esse? O Governador Roberto Requião, na nossa compreensão e limitada visão, Deputado Elio Rusch, me parece que rasgou a Carta de Puebla, tão propagada, propalada, cantada aos quatro cantos deste estado pelo Governador Roberto Requião ao longo da sua caminhada política, principalmente, no tempo em que era Governador. Esqueceu o texto, como muito bem disse o Deputado Valdir Rossoni.

A defesa preferencial pelos pobres, oprimidos e mais necessitados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é não aviltar o bolso do paranaense e não afrontar a inteligência que o colocaram, que na grande maioria o fizeram Governador desse estado.

Ora, se defender os interesses dos paranaenses, como nós parlamentares, não apenas do PSDB, não apenas dos Democratas, mas sim de todos aqueles, independente de cor partidária, porque esse assunto extrapola interesses políticos. Se isso é afrontar e beneficiar milionários, quero estar, senhores paranaenses, do lado dos milionários, porque não estamos fazendo isso. O que fizemos foi proteger a sociedade paranaense, acima de tudo, àqueles que mais precisam da mão estendida do Governador. O Governo não existe para atender e beneficiar os ricos. O Governo existe sim para estender a mão àqueles que realmente necessitam. E quem utiliza um veículo de pequeno valor, na sua maioria são os mais necessitados, são as famílias de classe média, as pessoas que no dia-a-dia utilizam os seus veículos para o benefício da própria família, fazem uso do seu veículo para a sua sobrevivência. E é exatamente para isso que partimos em defesa dos paranaenses, Srs. Deputados.

Gostaria de ver aqui neste Parlamento um pronunciamento do Governador falando no crescimento da economia do estado, mas com dados concretos, não com esse discurso aleatório, irresponsável, inconsequente, apenas da boca para fora, do crescimento de milhares de empregos, que não são palpáveis porque não vemos. Existem apenas no papel, para o Governador do Estado. Aponteme, Deputado Valdir Rossoni, apenas uma indústria neste estado trazida pelo Governador Roberto Requião ao longo desses 5 anos. Gostaria de ver o crescimento da receita dos nossos municípios paranaenses com a industrialização deste estado, mas não à custa do sacrifício do povo, com o aumento de impostos, como pretendia o Governador Roberto Requião. É desta forma que gostaria de ver o crescimento do bolo do ICMS deste estado,

sendo dividido com as prefeituras municipais, mas com o crescimento da industrialização do nosso estado. E não presenciamos isso.

É por esta razão, Srs. Deputados, que aqui viemos nesta tarde para manifestar mais uma vez a nossa indignação, porque o Governador recolheu-se dentro do Palácio, porque sentiu na sociedade, através dos seus representantes, da imprensa que de uma forma contribuiu para que o Governador também recuasse, encolheu-se diante da manifestação expressa da sociedade paranaense, Deputado Elio Rusch.

Não existe neste Governo um projeto para o crescimento deste estado, e é por isso que a receita está encolhendo. Exatamente por isso, como muito bem disse o Governador: pressionaram o Governador a recuar o projeto em benefício dos mais ricos.

Ora, Srs. Deputados, porque a receita caiu? Exatamente do privilégio concedido pelo Governador do Paraná através de inúmeras mensagens reduzindo o ICMS de grandes segmentos da sociedade paranaense, privilegiando poucos e sacrificando muitos. Lamentavelmente, além de não produzir um projeto de crescimento neste estado, além de não trazer novas indústrias para este estado, beneficiou alguns segmentos com a redução de impostos, sacrificando a sociedade paranaense.

E é por isso que aqui viemos, para manifestar a nossa indignação e, mais uma vez, fazer uma proposta, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que é o Líder da Oposição desta Casa, ouvi já a manifestação do Líder do Governo de que vão reapresentar o projeto do IPVA, colocando a redução de 15% para 5% para o contribuinte que pretenda pagar o IPVA à vista.

Quero manifestar a nossa contrariedade e propor, Deputado Valdir Rossoni, que V. Exa. reúna os seus liderados, aqueles que já manifestaram através das suas assinaturas a contrariedade pelo aumento de impostos - a redução de imposto de 15 para 5 significa dizer aumento direto de imposto de 10% do IPVA neste estado. Por isto podemos concordar.

Deixo aqui expressamente manifestada a posição do PSDB: somos contra aumento de impostos. Portanto, votaremos contra a redução de 15 para 5% do IPVA no pagamento à vista pelos nossos contribuintes.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero registrar aqui, com alegria, a presença do Chefe da Casa Civil do nosso Governo, Dr. Rafael Iatauro, que para nós é sempre muito bom poder conviver com uma pessoa que tanta experiência e tanta contribuição deu a este estado.

Sr. Presidente, queria iniciar dizendo que ouvi aqui hoje discursos que, sinceramente, me parece às vezes que estamos vivendo num outro país. Inclusive, Deputado Rossoni, quanta contradição, não é? Tanto que bradaram aqui contra o plebiscito que o Presidente Chávez realizou na Venezuela, diz que a Venezuela era uma ditadura, que era um golpe de estado. O Presidente Chávez perdeu por uma diferença de 0,7%, perdeu numa votação democrática e, como um estadista, reconheceu - perdemos a votação, vamos respeitar a vontade popular.

Olha, sinceramente, aqueles que ao longo deste ano e hoje especialmente o nobre Deputado Elio Rusch foi à tribuna - Deputado, aonde que V. Exa. vai buscar mais discursos contra o Presidente Chávez? Sinceramente. Acho que V. Exa. deveria fazer uma visita à Venezuela, conhecer à Venezuela, verificar que país maravilhoso que é, inclusive conhecer as belezas naturais da Venezuela e humanas também, as misses, as misses universo, não é a toa que são venezuelanas, porque são, de fato, as nossas companheiras do gênero feminino as mais belas mesmo deste planeta.

Mas quero dizer, Deputado Elio Rusch e demais Deputados, que o processo democrático na Venezuela é um processo, lá se aprofunda a democracia participativa, com controle social das políticas públicas - não é a toa que dezenas de itens o povo votou no plebiscito, porque lá o Governo submete as leis ao império da vontade popular, porque é um Governo democrático e popular.

Quisera eu que o nosso Governo da República, o Presidente Lula, pudesse - como bem disse até o sociólogo Francisco Oliveira - ao invés de ter negociado no seu primeiro Governo com o Congresso apodrecido, ter feito negociações com o PFL, com o PSDB, com o PTB, com o Roberto Jefferson, com aquela gente toda, ao invés dele ter feito isto, por que não fez, de fato, uma construção de um outro modelo de democracia direto com a sociedade civil organizada? Certamente ele não passaria agora pela necessidade de estar lá no Congresso negociando, negociando em salas fechadas a prorrogação da CPMF.

É, de fato questionável se não devemos aprofundar essa nossa democracia e mudar o modelo. E mudar o modelo, inclusive, Exa., para que...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Desculpa, quem está negociando...

(Vozes paralelas)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpo, só para entender o seguinte, V. Exas., eu sei que tenho o condão de poder fazer com que V. Exas. se inflamem, mas me permitam porque temos aqui muitos temas a serem abordados.

A nossa elite e V. Exas. alguns aqui são os mais lídimos representantes de elite estão muito felizes, não é? A elite está feliz, a elite é composta daqueles que, num país como o nosso ganham acima de 20 salários mínimos. V. Exa. sabe o que é elite, Deputado Elio Rusch porque sempre viveu entre a elite!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer que meu pronunciamento é apenas para reafirmar que muitos aqui devem estar com peso na consciência, por terem falado mal do Presidente Chávez agora têm que admitir que o Presidente Chávez tem um Governo democrático, que se pauta pela vontade do povo e, respeita o Presidente Chávez a vontade do povo. Diga-se de passagem, no nosso país - claro com a agravante porque os meios de comunicação estão nas mãos dos poderosos - aqui têm muitos jornalistas eles estudaram e sabem que, pela escola de Frankfurt os meios econômicos é que controlam os meios de comunicação, é assim que funciona a nossa imprensa, lamentavelmente é assim!

E foi essa mesma imprensa, Deputado Marcelo Rangel, gosto de ouvir V. Exa., ouvi V. Exa. no rádio hoje, agora na tribuna. Como é bonito ver uma pessoa como V. Exa. ir à tribuna e colocar um projeto fantástico igual a esse, é isso que vale um mandato, parabéns a V. Exa. pela sua postura, pela sua conduta! V. Exa. está fazendo política, com letra maiúscula, são grandes teses que movem de fato um homem público! Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, mas quero dizer a V. Exa. o que vi nos últimos dias, Deputado Pugliesi, foi a industrialização da mentira que lamentavelmente foi construída por muitos dos integrantes desta Casa, mistificando, sofismando, falseando dados, fazendo a “matemática” com os números, porque o Governo enviou a esta Casa um pequeno pacote tributário que tratava de 3 medidas importantes para nosso estado, complementares entre si. Vim a esta tribuna, Deputado Traiano, mas verifico que os proprietários das Rangers Rover, os proprietários de Pagero Full, de BMW, das Mercedes Benz, das caminhonetes Prado, da elite, enfim, foram mais uma vez vitoriosos! Inclusive os proprietários de São Paulo que continuarão emplacando os automóveis aqui porque lá o Governador Serra, do PSDB, cobra o IPVA de 4% inclusive das locadoras, 4%. V. Exas., integrantes da bancada do PSDB, podiam solicitar ao Governador Serra para reduzir o IPVA de São Paulo para ser coerente com o discurso do PSDB de São Paulo, uma moção do PSDB seria muito bem-vinda, penso eu e seria coerente, como também deveria fazer a Governadora Yeda Crucius.

Por outro lado retiramos a mensagem do ITCMD, retiramos a mensagem! Por que retiramos a mensagem? Retiramos porque entendemos que a mensagem é uma mensagem extremamente interessante, V. Exa., viram a simulação das 39 mil operações que foram realizadas esse ano. O projeto de lei, quando foi recebido pelo Presidente dessa Casa, foi massacrado pela elite! Por que foi massacrado? Porque os mais ricos, os 131 proprietários de 39 mil que iam pagar mais têm um grande poder de fogo, de mobilização na imprensa. Um projeto que reduziria em 50 milhões a receita do Governo, ele foi combatido pela elite, pelos mais ricos.

Gostaria de utilizar o Horário da Liderança do Governo.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Mas, quero dizer, Deputados do PMDB, da Oposição do PSDB, quero dizer o seguinte: Venceram os que queriam manter as coisas como estão, perdeu o nosso povo.

Deputado Plauto, V. Exa. é o digno representante da aristocracia Ponta-grossense. Esses ganharam, ganharam muito, ganharam no IPVA, ganharam no ITCMD. V. Exas. poderiam pedir para os Governadores dos Democratas e do PSDB para reduzir também o valor da emissão da carteira de motorista para metade. O Paraná cobra a metade de São Paulo. Tenho a lista, vou encaminhar a V. Exas. V. Exas. têm que conversar com os Governadores do PSDB, dos Democratas. V. Exas. têm que ser coerentes.

Não é nosso Governo! O Governo é aquele eleito democraticamente pelo povo. E o Governo é do PMDB. Governo do PFL V. Exas tiveram aqui durante 8 anos e sabemos como terminou esse Governo. Quero dizer que o Governo do PFL afundou este estado. V. Exas. sabem disso, sabem o significado que teve para economia paranaense.

Concedo aparte ao nobre Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. é como conhaque Dreher, está ficando cada vez melhor. Mas a companhia do próprio Governador, talvez, está lhe fazendo mal. V. Exa. está querendo transformar, me desculpe a sinceridade, uma inverdade em uma verdade. Vou mostrar os números para V. Exa. E como cada dia V. Exa. trata de maneira e de forma elegante a Oposição, não quero ser deselegante com V. Exa. Mas, quando V. Exa. quer partidizar um assunto paranaense, quero dizer o seguinte: Nunca cito o partido. Sabe por quê? No PT tem pessoas ilustres e tem canalhas, no PMDB tem pessoas ilustres e tem canalhas. Em todos os partidos tem pessoas boas e pessoas que não prestam.

Por esta razão, quero dizer a V. Exa., quero continuar aqui ouvindo o seu pronunciamento. Mas, quero dizer que por mais sábio que seja o seu pronunciamento, V. Exa. não vai conseguir tornar verdade o que não é verdade. Não é verdade o que V. Exa. está dizendo. E se alguém lhe disse isso estão faltando com a verdade com o meu ilustre Líder do Governo e meu amigo, Deputado Romanelli. V. Exa. está completamente equivocado no seu posicionamento. Permita-me discordar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço. Divirjo, mas não concordo em dizer que há canalhas no PT. O PT é um partido de pessoas do bem e que certamente pode ter um ou outro que tenha uma conduta que se desvie do bom caminho.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Quero, em nome do bloco, dizer que V. Exa. está equivocado. Isso que estão dizendo que os Deputados que estavam contra o aumento estão defendendo os ricos

é um sofismo. Sofismo é uma mentira que quer ser verdade, porque a pretexto de defender os ricos, pode ser que alguém tenha defendido, mas esses aumentos iriam ser aplicados sobre os pobres também. E a intenção de V. Exa. de diminuir a carga tributária do IPVA em cima de veículo de 1.000 cilindradas e de motos até 125 cilindradas, estava no campo das intenções.

De boas intenções o inferno está cheio. Se o Governador quisesse fazer isso ele tinha que ter mandado na mensagem. V. Exa. que pretendia fazer isso aqui na Assembléia. Está em tempo, e se V. Exa. continuar com a emenda, eu apoio também, porque daí sim está se aplicando aos pobres.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer o seguinte: tínhamos 3 mensagens. Uma suprimia em R\$ 50 milhões a receita do estado com tributo ITCMD. A outro acrescia a parte do estado R\$ 90 milhões e ainda seria descontado o IPVA referente às motocicletas de até 125 cilindradas, que como V. Exa. sabe, até porque tem sido criado nessa indústria da mentira aqui uma discussão dizendo o seguinte: “As motocicletas de 125 estão isentas”. Mentira! Motocicletas de 125 cilindradas com mais de 10 anos. De 10 anos para cá, todas elas pagam imposto. Vamos dar uma dobradinha na língua quando se fala. Não gosto de usar essa palavra mentira. É uma expressão muito forte. Mas estou sendo realista. Desculpe se machuco alguns ouvidos quando falo sobre isso.

Em relação às taxas do DETRAN, eu ouvia desta tribuna aqui e disse: as taxas do DETRAN não vão crescer receita ao DETRAN. Disse isso. E o que aconteceu? As pessoas não acreditam. Não sei se não acreditam por ser eu, o Luiz Claudio Romanelli, por ser o Líder do Governo, por ser Deputado Estadual, por ser político, as pessoas não acreditam. Acho que nós políticos perdemos a capacidade de acreditar uns nos outros. Por quê? Eu tinha os números. Aqui suprime nessa coluna quais são as taxas que serão reduzidas. Por quê? Porque o DETRAN fez um estudo. É possível reduzir, em função da tipologia, número de pessoa necessárias para executar aquele trabalho, do tipo de equipamento que vai ser utilizado, software, dos programas, enfim, reduz aqui esse valor.

Esse outro aqui, por conta de decisões que escapam da nossa competência, tem que ser reajustado. Nós temos culpa se os médicos cobram X por cento para determinado tipo de consulta, os psicólogos para fazer os exames psicológicos nos motoristas. Certamente com avaliação rigorosa. Muitas pessoas passariam a não ter mais a Carteira Nacional de Habilitação.

Mas efetivamente é o seguinte: era um equilíbrio. Falamos que era um equilíbrio entre receita e despesa. Não! Não se aceita isso como verdade: “Olha o Governo está fazendo um tarifaço.”

Quero dizer a V. Exa. que fui ao Governador na sexta-feira pela manhã, convidei o Secretário Heron Arzua e fui conversar com o Governador. V. Exas. sabem, industrializaram a mentira. Parecia que os membros da nossa bancada aqui tinham que ter vergonha de apoiar um Governo, como se estivéssemos criando um tarifaço, quando na verdade era uma adequação das taxas do DETRAN, uma redução do Imposto de Transmissão Causa Mortis de bens. E ao mesmo tempo do IPVA, que acrescentaria à receita, inclusive para o município de Curitiba, onde o Prefeito Beto Richa vive reclamando que está sem recursos para fazer obras na cidade. Quero dizer a V. Exas. o seguinte: é muito ruim que possamos, de fato, ter este debate travado desta forma.

Hoje mesmo vi o Deputado Plauto ir à tribuna, mais uma vez pautado pelo nosso progressista e combativo jornal Gazeta do Povo. Para concluir, Sr. Presidente, aí se transforma e a notícia se industrializa. Então, o fato desta semana já não são mais as taxas, não serão mais o ITCMD, o IPVA. A discussão, agora, vai ser sobre a compra das ações da Sanedo. Criou-se, lá. Agora a discussão é esta, V. Exas., inclusive, são especializados em privatização, sabem muito bem o significado destas privatizações, o processo para se operar uma privatização. E para se reestatizar é muito difícil mesmo. Reconheço que é muito difícil. Há interesses muito fortes, muito poderosos. Mas, temos que ter a capacidade, nós que somos da Bancada do PMDB, do PT, dos companheiros que nos apóiam nesta Casa, que têm uma posição a favor do interesse público, não se deixem levar pelo discurso daquelas pessoas, que muitas vezes se comportam como “viúva do lernismo”.

Para concluir, quero dizer o seguinte: tenho mantido com a Oposição, ao longo destes anos, um relacionamento respeitoso. E quero procurar mantê-lo. Por isso, Sr. Presidente, agradeço V. Exa. pela atenção e certamente espero da Oposição uma discussão num nível mais elevado e, mais do que tudo, muito mais responsável em relação à discussão dos projetos de lei que esta Casa, através do processo legislativo, transforma em lei.

Era isto, muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acabei de protocolar, junto com o Deputado Edson Praczyk, que é co-autor, e mais 16 Srs. Deputados, a CPI dos Cartórios do Estado do Paraná. Queria perguntar a V. Exa. se existe alguma CPI em andamento na Casa, alguma CPI protocolada, existe protocolo de outras CPI's? Outro dia, o Deputado Romanelli, a princípio, teria protocolado CPIs. Se tem as 18 assinaturas, queria consultar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. faz uma questão de ordem e eu vou consul-

tar à Mesa, para posteriormente respondê-la. De qualquer maneira, recebemos o pedido de CPI com as 18 assinaturas. A Mesa dá o recebido, protocola e encaminha à Comissão Executiva para providências e análise.

Isto vai imediatamente à Comissão Executiva.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Quero resgatar que eu entreguei à V. Exa. há mais de 30 dias, 5 Comissões Parlamentares de Inquérito devidamente constituídas. Apenas para poder resgatar. Responder ao Deputado Jocelito, como se eu tivesse me omitido em falar, aqui, o tema.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, uma vez que o Bloco Independente passa a ser co-autor desta proposta de CPI, subscrito por este Parlamentar que vos fala, gostaria de saber de V. Exa. quais as CPIs que foram protocoladas, as citadas. Só mencionar o assunto das 5, seria possível de pronto, me dar esta informação?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero confessar, Deputado Praczyk, que quando recebemos esses pedidos do Deputado Romanelli, nós encaminhamos à Mesa. Estaria mentindo ou criando um factóide se eu dissesse exatamente quais são.

Talvez o Deputado Romanelli pudesse responder quais são as 5 CPIs que foram entregues.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só uma segunda questão de ordem.

Quando entra uma CPI, ela não deve ser protocolada durante o expediente, não deve ser lida?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Regimento não determina isso?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não tem nada que ser lido. O Deputado Romanelli ingressou com as 5 CPIs na Mesa, as 5 ao mesmo tempo, nós encaminhamos à Mesa Executiva e foi o que à Mesa adotou naquele momento, há um mês e meio atrás, quando havia os boatos que iriam aparecer mais e nós deixamos o dito pelo não dito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então não houve comunicado oficial ao Plenário da entrada da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não houve.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Romanelli providenciará os assuntos das CPIs.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, no Horário da Liderança da Oposição.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estamos aqui na tribuna e até gostaria de ter falado lá daquele lado, porque gostaria da atenção dos Srs. Parlamentares, porque alguém está mentindo. Tenho usado uma palavra um pouco mais dócil: alguém está faltando com a verdade. E tenho plena certeza que o que nós temos afirmado é verdadeiro, o posicionamento dos Parlamentares que se posicionaram contra o tarifaço é verdadeiro. O tarifaço existia.

Mas, vamos tirar a prova dos 9 fora. Vamos tirar isso a limpo! O Governador está com espírito natalino, estava querendo diminuir impostos e vamos ao encontro do espírito natalino do Governador. O Governador fala das motos de 125 cilindradas e o novo projeto de lei será contemplado com uma emenda dos Parlamentares - e aí não quero colocar dos Parlamentares da Oposição ou da Situação, mas de todos os Parlamentares que estão ouvindo o que o Líder falou, que o Governador estava imbuído do propósito de diminuir impostos. Então, nós vamos oportunizar ao Governador esse seu espírito bondoso e natalino para a nossa emenda. Convido a todos os Parlamentares para subcreverem a emenda, pois vamos isentar as motos até 125 cilindradas, independentes da idade, seja nova, velha, até 10 anos, mais de 10 ou comprada ontem, vamos ao encontro da vontade do Governador.

O segundo assunto que vamos tirar a limpo para ver quem está com a verdade, o Governador também afirmou que estamos defendendo os ricos. Rico não anda com carro mil, 1.0. Rico não anda, mas quem anda é o povão, o trabalhador. Vamos propor aqui no projeto do Governo, e o Governo está dizendo isso, e vamos ao encontro da vontade do Governador. Governador, vamos propor uma emenda e vamos isentar o carro popular.

Ora, o Governador está querendo taxar a Oposição por defender os ricos, está ele certo se estivermos defendendo os ricos, de repente, ele está correto. Então, vamos de encontro à vontade do Governador, vamos de encontro ao anseio popular, vamos isentar as motos até 125cc, cer-

tamente a moto do Deputado Romanelli não será isenta porque é acima de 125cc; e o carro popular até 1.000. Está resolvido o problema. Se o Governo realmente estiver falando a verdade, vamos de encontro à vontade dele. Está resolvido!

Outro assunto. Ficam aqui convidados os Srs. Parlamentares, imbuídos do propósito do Governador, de não aumentar impostos, diminuir impostos. Há uma conversa no plenário de que o Governador vai encaminhar um novo projeto de lei para esta Casa, dizendo o que vai diminuir o desconto para quem pagar à vista. É aumento de impostos, no meu entender, salvo o meu amado mestre, Líder do Governo, entenda diferente. Mas ao diminuir o desconto certamente está aumentando impostos. Não. Fica no valor original, 15%. Vamos firmar essa posição.

Aí, vamos estabelecer aqui o princípio da verdade, porque pelo jeito todo mundo está sob suspeita, a Oposição e o Governo, porque afirmamos que o Governo está faltando com a verdade, o Líder do Governo afirma que nós estamos com a verdade. Inclusive, imputa esta falta da verdade aos meios de comunicação. Não acredito que os meios de comunicação conceituados deste estado se proporiam a participar de uma farsa. Quero citar um número aqui para que o Líder reflita sobre isso. Deputado Romanelli, V. Exa. sabe quantas pessoas fazem a primeira habilitação mensalmente no Paraná? Estatísticas de 2006, 12 mil pessoas fazem a primeira carteira de motorista, 12 mil pessoas que pagavam em 2006 e pagam em 2006 R\$ 126, se não me falha a memória. Sabe para quanto o Governo elevaria isso? Mais 230%. Sabe quanto dá a arrecadação em 2006, Deputado Douglas? Vinte e três milhões, só da taxa da primeira carteira de motorista. Sabe para quanto iria a arrecadação só da primeira habilitação? Quarenta e nove milhões.

Agora, pergunta a V. Exa. Deputado Douglas Fabrício, desses 12 mil cidadãos paranaenses, é só rico que faz carteira ou é só pobre? Quem é? Se eu estiver equivocado venho a esta tribuna e peço desculpas. Mas quero dizer as V. Exas., as taxas do DETRAN são abusivas. Por que são abusivas? Seriam abusivas com esse aumento. Está aí um dos exemplos. O segundo exemplo: sabem quantas pessoas revalidam as suas carteiras de motoristas mensalmente? Oito mil. Sabe quanto aumentaria a receita disso?

Os números não mentem, eles são exatos, simplesmente as taxas do DETRAN aumentariam para oitenta e três milhões em 2007. E aí vem o Líder do Governo querer imputar aos Deputados de Oposição essa pecha de favoráveis aos ricos. Vamos parar com esse discurso demagogo, porque estamos discutindo aumento de carga de impostos, aumento de impostos num país onde a carga tributária margeia os 40%. Se nós estivéssemos no Chile, sabe qual é a carga tributá-

ria no Chile? Dezoito por cento. Aí há espaço até para ser discutido.

Mas não há mais. Os erros que os Governos vêm cometendo é de que nunca se houve uma proposta de enxugamento da máquina. Ora, se viesse aqui no bojo de uma proposta de enxugamento da máquina.

Olha, se viesse aqui no bojo de uma proposta o Governador Roberto Requião dizendo que vai extinguir tantos mil cargos em comissão, estaria o princípio da honestidade da coisa pública estabelecido e viria de encontro ao que desejamos. Seria uma boa vontade do Governo e aí poderíamos discutir as outras situações.

Desculpe-me, Deputado Luiz Claudio Romanelli, não use a palavra mentira. Vamos aqui aguardar o tempo. O tempo é o senhor da razão.

Li um trecho de um livro de Carlos Drummond de Andrade, que diz que a vida é uma eterna torcida. Eu sempre estou torcendo. Analisando, nós sempre estamos torcendo. Quando chove bastante, você torce para parar de chover. Quando não chove, você torce para chover.

Eu torço para o Governo errar menos, torço para que o Governo encontre o rumo; torço para que o Governo ouça a Oposição; torço para que ouça o que o Deputado Plauto disse aqui. Não é mentira, não. Se o Botto estava fazendo um péssimo negócio, chama o Botto de volta, porque era mais barato a compra.

Que Governo é esse, que pede para comprar algo que não tem lei para que ele compre? Porque não encaminha um projeto de lei? Torna transparente. Não, levantou-se uma dúvida em cima de um dos servidores que gozava da maior confiança do Governo, que era o Dr. Sérgio Botto de Lacerda. Não gozava de confiança da Oposição, gozava de confiança do Governo. Ele, praticamente, saiu escorraçado do Governo.

Vi aqui gracejos de Deputados que eram seus amigos. E agora eles vêm pagar esse valor absurdo que V. Exa. trouxe. Não é o colunista que nos pauta, é a verdade que nos pauta. Se ele falou sobre isso, é porque é um assunto pertinente. E vou dizer, e vem mais. A COPEL está sendo penalizada com multas da ANEEL por não cumprir as suas obrigações. É irresponsabilidade de quem? Dos dirigentes da COPEL.

Deputado Romanelli, a verdade vai vir à tona. Na próxima semana, quando estivermos votando o IPVA, espero contar com o seu apoio para que isentemos os motos de 125 cilindradas e os carros de 1.000 cilindradas, porque, certamente, estarei dando razão ao Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Desde que V. Exas. concordem em taxar em 4% as Ranger Over e as Pajeros Full, concordo com V. Exa.

Gostaria de comunicar a todos que no dia 5 de novembro encaminhamos 5 requerimentos de constituição de CPI.

A primeira para investigar possíveis irregularidades na venda de 39,7% das ações da SANEPAR para a Dominó Holding, bem como possíveis irregularidades no acordo.

A segunda para investigar possíveis irregularidades na estadualização nas rodovias federais e aplicação dos recursos recebidos a esse título pelo Governo do Estado.

A terceira comissão para investigar possíveis irregularidades na gestão dos recursos do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR - com relação às operações com créditos tributários, contratos, processos de aquisição de equipamentos e prestação de serviços, inclusive de informática, no período de 1997/2002. A quarta Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades nas antecipações e compensações financeiras por parte do Governo Federal, dos royalties da Itaipu Binacional ao Governo do Estado do Paraná e, por último, aquele que investiga possíveis irregularidades da venda e alienações das florestas pertencentes a BANESTADO S/A Reflorestadora e Ambiental Paraná Reflorestadora.

São as 5 Comissões Parlamentares de Inquérito que encaminhamos ao nobre Deputado Presidente Nelson Justus, desta Casa de Leis.

É isso, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Obrigado, Presidente!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Pela Ordem, Presidente.

(Assentimento)

Faço um questionamento a V. Exa. se podemos ter acesso à cópia com o respectivo protocolo de cada uma dessas propostas de CPI e no Regimento Interno da nossa Casa, na sessão III, artigo 36, parágrafo 4º diz: *Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando.* O que não é o caso. Nenhuma das cinco, mencionadas pelo nobre Líder do Governo, estão funcionando.

Portanto, entendo que esta solicitação de instauração de CPI é extremamente possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Praczyk, a Mesa recebeu o pedido de CPI firmado por 18 Srs. Deputados, encabeçado pelo Deputado Jocelito Canto e por V. Exa. A Mesa deu por recebido, protocolou e mandou para a Comissão Executiva para providências e análises.

Pronto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli leu as CPIs aqui, e não quero fazer falso juízo do Deputado Romanelli, mas meu “olho biônico” lendo aqui essas cópias do

Deputado Romanelli, me parece que não tem 18 assinaturas. Eu gostaria de requerer, neste momento, uma cópia. Pedi amigavelmente uma cópia, mas o Deputado Romanelli diz que não pode me dar. Eu queria uma cópia desses protocolos para ver. Esses dias já deu confusão por causa de número, o senhor viu que eu tomei cuidado com os 18 aí, nomes certinhos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Posso afirmar a V. Exa. que quando recebi as 18 assinaturas, fizemos o mesmo procedimento que foi feito para depois do episódio que passamos nesta Casa. Tomamos o máximo cuidado em verificar se existiam as 18 assinaturas e de quem eram as assinaturas.

Então, não vamos levantar...

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, eu não tinha concluído antes.

Sabendo que existem 6 propostas de CPI, sabendo, conforme V. Exa. explica, que a diretoria da Casa fará uma análise, qual critério de se instaurar essas CPIs? É pela ordem de protocolo? É pela decisão do Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. Quero deixar bem claro e quero esclarecer, Deputado Praczyk, tenho profundo respeito por V. Exa. e admiração, V. Exa. sabe disso. Nós recebemos o pedido, protocolamos e encaminhamos à Mesa Executiva para providência e análise. Estamos ao final de um período legislativo e tão logo a Mesa Executiva se reúna, ela dará a resposta das providências e análise que tomou. Acho que não caberia neste momento, aqui, estarmos discutindo isso que foi recebido.

O pedido de V. Exas. está recebido, com todas as assinaturas, com o nome dos 18 Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, uma última questão?

(Assentimento)

Concordo com V. Exa. quanto a nossa CPI. Tenho dúvidas, porque vi na imprensa a divulgação, que o Governador havia pedido para retirar essas CPIs, em função da CPI da Corrupção. Li isso na imprensa, que em nenhum momento divulgou.

Fazer uma última questão de ordem a V. Exa. Esses requerimentos, colocados pelo Deputado Romanelli, foram colocados aqui no plenário ou no seu gabinete?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa Executiva recebeu. Responsabilizo-me, porque recebi pessoalmente os 5 pedidos, a Mesa, quando recebeu em reunião da própria. Agora vamos tomar as mesmas medidas para análise e providências. O mesmo despacho que foi dado e que será dado nesse requerimento, foi dado nas 5 e protocola-se.

A Comissão Executiva recebe, a Mesa Executiva recebeu naquela mesma manhã, imediatamente encaminhando à reunião da Mesa, para providências e análises.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Consta na ata da Assembléia depois.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não temos ata.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Acho que estamos divulgando sobre o assunto. Temos uma Ordem do Dia ainda e requerimentos para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está recebido o pedido para providências e análise.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria lembrar a V. Exa., que enquanto não tiver TV Assembléia, tem a Rádio Assembléia, onde gravo todas as Sessões do começo ao fim.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 373/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a doação de uma van escolar para a APAE do município de Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 374/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a liberação de recursos para ampliação de reforma geral do prédio escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Baggio, no município de Ribeirão Claro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 375/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a instalação de cursos profissionalizantes na cidade de Loanda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 376/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a contratação de servidores para ocuparem as vagas existentes no Hospital Universitário Regional de Maringá- HUM. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3584, de autoria dos Deputados Jocelito Canto e Pastor Edson Praczyk, com apoio dos Deputados Chico Noroeste, Pedro Ivo, Luiz Eduardo Cheida e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 7 membros, para no prazo de 120 dias, investigar o Serviço Notarial e Registral do Estado do Paraná, por possíveis irregularidades, **Recebido; protocolo-se; à Comissão Executiva, para providências e análise.**

Requerimento nº 3569, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com destino a Nova Iorque - EUA, no período de 05 a 09 de dezembro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3585, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo, nos dias 04 e 05 de dezembro de 2007, na Audiência com o Sr. Ministro Nelson Jobim, a ser realizada em Brasília/DF. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 688/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/07, que autoriza a transferência de recursos provenientes de arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná -

DETRAN, no exercício de 2007, no valor R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 688/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos provenientes da Arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Art. 2º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, os valores transferidos para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811 de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado, de 30 de dezembro de 1983.

Art. 3º os recursos de que trata o artigo 1º desta lei, deverão ser utilizados na pavimentação de pistas para teste de trânsito, com caminhões e motocicletas, a serem utilizadas pelo DETRAN, na execução de bacias de contenção no Contorno Norte de Curitiba e na melhoria de rodovias, quer seja na construção, restauração, recuperação, conservação, obras e serviços complementares, fiscalização e elaboração de projetos de engenharia.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento, bem como alterar o Anexo de Obras, necessários à implantação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.11.07.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 786/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Fonte de Água Viva - FAVI, com sede e foro no município de Araucária. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/07, de 05/11/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 810/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera as Leis

nºs 253/54 e 9389/90, que criam os municípios de Sabaúdia e Pitangueiras e adotam outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/07, de 14/11/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo do turismo sustentável no estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a instituição do calendário oficial para o turismo religioso no estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/07, de autoria do Dr. Batista, que cria o programa poupatempo - centrais de atendimento ao cidadão. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDH E CDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a concessão de Bolsa Auxílio aos estudantes universitários indígenas, com base na Lei nº 13134, de 18 de abril de 2001, e alteração posterior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07 de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 624/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Romanelli, visa implantar no estado do Paraná, a concessão da Bolsa Auxílio para estudantes universitários indígenas.

Fundamentação

O projeto de lei em pauta, visa atribuir à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por meio de portaria, a conceder bolsa-auxílio aos estudantes indígenas matriculados em universidades públicas estaduais, conforme especifica.

Em sua justificativa o autor sustenta que *em respeito aos interesses indígenas, a equivalência da bolsa-auxílio com base no salário, significa a garantia mínima de estabilidade financeira, para viver em um centro urbano, na busca da ampliação dos conhecimentos e com o amparo do poder público.*

O estado do Paraná garante importante singularidade no cenário nacional quanto à atenção aos índios, e tem procurado avançar atento sempre as manifestações da vontade coletiva dos mesmos.

Nesse sentido é que a lei de cotas das universidades públicas estaduais necessita de amparo estrutural para que cumpra seu papel de promover o acesso diferenciado dos índios paranaenses do ensino de terceiro grau e a permanência deste nas universidades.

Da análise legal e constitucional da proposição, tem-se que se trata de competência legislativa do estado.

No que tange à técnica legislativa, o projeto encontra-se adequado à Lei Complementar nº 095/98.

Já no que tange à iniciativa pelo Parlamentar, é de se ressaltar que a matéria proposta está elencada dentro daquelas previstas como de competência exclusiva do Poder Executivo.

Entretanto, por entender que a matéria proposta pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli é de grande relevância, entendemos imprescindível a sua discussão pelo duto plenário, após as adequações legais que possibilitem o seu prosseguimento.

Conclusão

Quanto aos aspectos sobre os quais compete a esta comissão analisar, entende-se que o projeto, na forma em que se encontra, não atente aos requisitos constitucionais.

Entretanto, entendemos que tais requisitos podem ser integralmente sanados na forma do substitutivo geral, que ora se apresenta, o qual transforma o projeto em autorizatório ao Poder Executivo, afastando assim a violação do princípio da independência dos Poderes prevista no artigo 2º da Constituição Federal.

Com a apresentação do substitutivo, a proposição viabilizar uma simples autorização legislativa para que o estado do Paraná possa, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, regulamentar a matéria proposta.

O parecer é favorável à tramitação do projeto de lei ora em análise, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 624/07

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior, a regulamentar a concessão de Bolsa-Auxílio aos estudantes indígenas que tiverem seu ingresso nas universidades públicas estaduais do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 624/07

P A R E C E R :

Relatório

As políticas afirmativas no estado do Paraná para as comunidades menos favorecidas têm avançado.

As cotas para estudantes indígenas no ensino superior é parte destas iniciativas, porém, só propiciar o acesso e não garantir a permanência, à iniciativa é deficitária devido a inúmeros fatores existente na relação com esta população em específico.

Parecer do Relator

O presente projeto vem complementar ação já existente no estado do Paraná de garantir o acesso dos estudantes indígenas no ensino superior, como políticas de inclusão social, garantir a permanência é fator fundamental na superação das desigualdades existentes.

Com este entendimento o parecer é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 624/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli traz, para debate, nesta Casa de Leis, projeto que, se aprovado, permitirá a implantação de Bolsa-Auxílio aos estudantes universitários indígenas.

É sabido que o Sr. Governador tem, sistematicamente, vetado projetos semelhantes aprovados pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, sob o argumento de vício de origem. Quando o veto é apreciado pelo Plenário, a posição dos nobres colegas tem sido pela sua manutenção.

Considerando sua condição de Líder do Governo, é de se acreditar que o ilustre Deputado Romanelli já tenha tratado do assunto junto às esferas do Poder Executivo.

Não vejo outra posição a não ser a de conduzir meu parecer recomendado aos componentes desta Comissão de Finanças pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no âmbito do estado do Paraná o dia do Alfabetizador a ser comemorado anualmente no dia 19 de setembro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/07 de 19/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 694/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo instituir o Dia Estadual do Alfabetizador, a ser comemorado no dia 19 de setembro, a fim de manter na memória de todos os paranaenses a importância da alfabetização, bem como em homenagem àqueles que lutam com veemência para que todos sejam alfabetizados.

Fundamentação

Primeiramente, verifica-se que no que tange à iniciativa legislativa, para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem se trata de matéria elencada pelo artigo 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado.

Diante dessa constatação, demonstra-se necessário observar a legitimidade da presente propositura, através da análise do que determina nossa Constituição Federal acerca das competências relegadas aos estados, em seu artigo 25:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Destarte, como não é vedada, conseqüentemente é autorizada a disposição da matéria que ora se analisa pelos estados, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista o pleno atendimento aos ditames legais e constitucionais concernentes à matéria em tela, esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 694/07

P A R E C E R :

Relatório

O Brasil conta com inúmeros agentes, muitos deles desconhecidos, que atuam na alfabetização da população, principalmente dos privados de acesso à cultura e educação, são os alfabetizadores.

Inspirados no corajoso Paulo Freire, seguem alfabetizando jovens e adultos gerando novas oportunidades aos que são beneficiados por tão nobre atitude.

Parecer do Relator

A proposição de homenagem aos alfabetizadores do estado do Paraná, a ser comemorado no dia 19 de setembro de cada ano, data de nascimento do educador Paulo Regís Neves Freire, mais conhecido como Paulo Freire, marco na educação brasileira, enaltece a importância destes na erradicação do analfabetismo.

Sendo este um dos vários fatos que justificam esta proposição.

Este parecer é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06.09.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 746/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que denomina Guilherme Blick o anfiteatro do Colégio Estadual Humberto de Campos, localizado em Santo Antonio do Sudoeste. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/07, de 22/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 746/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 746/07, sob exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do ilustre Deputado Ademar Traiano, tem por objetivo denominar de Professor Guilherme Blick, o anfiteatro do Colégio Estadual Humberto de Campos, localizado na cidade de Santo Antonio do Sudoeste.

Diligência promovida por este Relator resultou no encaminhamento do ofício nº 123, do dia 05 deste mês, em anexo, encaminhado pelo Diretor do Colégio Estadual Humberto de Campos, Professor Luiz Carlos Bernardi.

Informa o documento referido que, até a presente data, o anfiteatro do colégio não recebeu qualquer denominação.

Portanto, a homenagem que o autor pretende conferir através desta proposição não encontra qualquer óbice para a sua aprovação, em face do que dispõem os

artigos 238 da Constituição Estadual e 1º da Lei 8761/88, que vedam as alterações de nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para eventual correção e adequação aos termos da lei.

Ante o exposto, esta Comissão manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 746/07

P A R E C E R :

Relatório

O professor Guilherme Blink dedicou toda sua carreira profissional e vida ao ensino, quando Diretor do Colégio Estadual Humberto Campos, coordenou em

regime de mutirão a construção do anfiteatro.

Parecer do Relator

O anfiteatro situado no terreno do colégio não recebeu nenhuma denominação desde a sua construção.

Prestar esta homenagem ao professor é promover o resgate da memória de um realizador de ações coletivas.

Portanto o parecer deste Relator é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3551, 3570 e 3571, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3552, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3554, 3555, 3556, 3557, 3558, 3559, 3560, 3561, 3580 e 3581, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3564, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3565, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3573 e 3574, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3576, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3577, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3566 e 3578, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3582 e 3583, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 126/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 425, 656 e 785/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 624, 694 e 746/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 646, 647 e 748/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio

Romanelli, Mauro Moraes, Plauto Miró, Professor Luizão, Stephanes Júnior, Reni Pereira, Augustinho Zucchi, Dr. Batista e Ribas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 581/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; o Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 688/07 e 771/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 688/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 771/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com voto contrário do Deputado Douglas Fabrício; 05) Projeto de Lei nº 649/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 704/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer do Deputado Nereu Moura pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO pelo Presidente; 07) Proposição Veto nº 112/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 340/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 492/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 751/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 772/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 117/07, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 195/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 12) Proposição Veto nº 119/07, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO. Neste momento o Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Reni Pereira; 13) Projeto de Lei nº 810/07, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral; 14) Projeto de Lei nº 786/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 794/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Direitos Humanos e Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühler, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Mamede e Caíto Quintana. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Dobrandino da Silva. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 656/07 de autoria dos Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Marcelo Rangel. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotó Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e

aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

Especial de Reforma da Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, no gabinete da presidência do plenário, reuniram-se os membros da comissão especial que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 126/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi, para sua instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio verificou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Ney Leprevost para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para a qual foi eleito, o Sr. Presidente indicou o Deputado Osmar Bertoldi para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu,

Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual

4º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 10.264/07

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: Phidellis Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.

Objeto: Manutenção do sistema de sonorização desta Assembléia

Valor: R\$ 2.073,36 mensais

Votação: 3390.3900

Vigência: 01/01/2008 a 31/12/2008

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

